UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

Ednomar Calisto Lauriano

Adaptação e Validação Transcultural do Instrumento CARAS: Child Abuse Risk Assessment Scale

Curitiba

2020

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

Ednomar Calisto Lauriano

Adaptação e Validação Transcultural do Instrumento CARAS: Child Abuse Risk Assessment Scale

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná, Área de concentração – Psicologia Forense, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.ª Drª Maria Cristina Antunes.

Curitiba

2020

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sydnei Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

L384 Lauriano, Ednomar Calisto .
Adaptação e validação transcultural do instrumento CARAS: Child Abuse Risk Assessment Scale/ Ednomar Calisto Lauriano; orientadora Prof.ª Drª. Maria Cristina Antunes.
56f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2020.

1. Abuso infantil . 2. Avaliação psicológica. 3. Violência. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia/ Mestrado em Psicologia. II. Título.

CDD – 362.76

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

TERMO DE APROVAÇÃO

Ednomar Calisto Lauriano

Adaptação e Validação Transcultural do Instrumento CARAS: Child Abuse Risk Assessment Scale

Esta dissertação foi julgada e apresentada para obtenção do título de Mestre em Psicologia Forense do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Psicologia Forense da Universidade Tuiuti do Paraná.

Curitiba, _____de _____de 2020.

_____

Dra. Paula Inez da Cunha Gomide
Coordenadora do Mestrado em Psicologia Forense
Universidade Tuiuti do Paraná

Orientadora: Professora Doutora Maria Cristina Antunes
Universidade Tuiuti do Paraná

Professor Doutor Murilo Ricardo Zibetti
UNISINOS

Professor Doutor Pedro Afonso Cortez
Universidade Metodista

Agradecimentos

Agradeço a Deus, pela força nos momentos mais difíceis e a todos que de alguma forma participaram da criação e desenvolvimento da presente dissertação. A Prof. Dra. Maria Cristina Antunes, que com maestria e o devido rigor me guiou durante toda a dissertação, estimulando minha autonomia para aprendizagem. Ao Prof. Dr. Murilo Ricardo Zibetti que foi idealizador desta pesquisa e o primeiro a embarcar comigo neste desafio. À minha família que o tempo todo esteve ao meu lado me incentivando, apoiando e sonhando comigo. Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná - UTP, pelas maravilhosas aulas nos dois anos de mestrado. Aos professores que participaram da minha banca de qualificação professor Doutor Murilo Ricardo Zibetti e Professor Doutor Pedro Afonso Cortez pelas excelentes contribuições, apoio e confiança. Agradeço também à Secretária do Mestrado Luci Maria de Lima Chiquim, pela paciência e apoio durante esta trajetória. Por fim, agradeço especialmente ao meu amigo e companheiro de vida, Henrique Motta F. Santos e à minha irmã Nelcilene Lauriano por estarem sempre presentes em todos os momentos até aqui.

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi, por meio de dois estudos, realizar a adaptação transcultural e a obtenção de evidências de validade do instrumento Child Abuse Risk Assessment Scale (CARAS). A adaptação transcultural da CARAS foi realizada através de tradução e retro tradução seguida de análise de juízes Experts, para obtenção de evidências de validade baseada no conteúdo. Para obtenção de evidências de validade baseada na estrutura interna, foi realizada análise fatorial exploratória. Para verificar o grau de consistência interna das questões, foram utilizados os índices KMO (0,77) e Teste de Bartlett ($p<0,05$) considerados aceitáveis. A confiabilidade foi testada e mostrou-se satisfatória apresentando um alfa de Cronbach de 0,79. Dois itens da escala de controle de raiva não obtiveram cargas satisfatórias e foram excluídos das análises posteriores. A retenção dos itens foi realizada considerando cargas superiores a 0,20 e preferencialmente manutenção no fator inicialmente estudado. A análise de regressão logística foi estatisticamente significativa ($X2=21,861$, $p= 0.0001$). Revelou que 24,3% dos indivíduos pesquisados sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses e 35% deste público praticaram algum tipo de punição física em seus filhos. Deste modo, o estudo demonstrou que os fatores Manejo de Raiva e a Aprovação de Violência também são preditores de perpetração de violência contra criança nos últimos 12 meses. Os resultados do presente estudo sugerem a viabilidade do emprego do instrumento ao contexto brasileiro. No entanto, ressalta-se a necessidade de investigações futuras que busquem aprimorar a compreensão das dimensões aferidas pela CARAS.

Palavras Chave: abuso infantil; avaliação psicológica, violência.

Abstract

The objective of this research was, through two studies, to carry out the cross-cultural adaptation and to obtain evidence of validity of the Child Abuse Risk Assessment Scale (CARAS) instrument. The cross-cultural adaptation of CARAS was carried out through translation and back-translation followed by analysis by Experts judges, to obtain evidence of content-based validity. To obtain evidence of validity based on the internal structure, exploratory factor analysis was performed. To check the degree of internal consistency of the questions, the KMO indexes (0.77) and Bartlett's test ($p < 0.05$) were considered acceptable. Reliability was tested and proved satisfactory with a Cronbach's alpha of 0.79. Two items on the rabies control scale did not obtain satisfactory loads and were excluded from further analysis. The retention of the items was performed considering loads greater than 0.20 and preferably maintaining the factor initially studied. The logistic regression analysis was statistically significant ($X2 = 21.861$, $p = 0.0001$). It revealed that 24.3% of the individuals surveyed had suffered some type of violence in the last 12 months and 35% of this public had practiced some type of physical punishment on their children. Thus, the study demonstrated that the factors Anger Management and Approval of Violence are also predictors of perpetration of violence against children in the last 12 months. The results of the present study suggest the feasibility of using the instrument in the Brazilian context. However, it is emphasized the need for future investigations that seek to improve the understanding of the dimensions measured by CARAS.

Keywords: child abuse, psychological assessment, violence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas
AFE - Análise Fatorial Exploratória
AV - Aprovação da Violência
CAP - Inventário de Potencial de Abuso Infantil
CARAS - Child Abuse Risk Assessment Scale
CE - Condições Estressoras
CFP - Conselho Federal de Psicologia
CTS2 - Revised Conflict Tactics Scale
CTSPC - Parent-Child Conflict Tactics Scales
ECA - Estatuto da Criança e Adolescente
EUA - Estados Unidos da América
H-PPC - Histórico de Perpetração de Punições Corporais
H-VPI - Histórico de Vitimização do Parceiro Íntimo
IMED - Complexo de Ensino Superior Meridional
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISPCAN - International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect
ITC - International Test Commission
KMO - Kaiser-Meyer-Olkin
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PIB - Produto Interno Bruto
PRP - Personal and Relationship Profile
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RDWLS - Robust Diagonally Weighted Least Squares
RR - Regulação da Raiva
SBP - Sociedade Brasileira de Pediatria
SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINAN - Sistema Nacional de Agravos de Notificação
SINAN - Sistema Nacional de Agravos de Notificação
SPSS - Statistical Package for the Social Science
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UTP - Universidade Tuiuti do Paraná
VIVAS - Vigilância de violências e acidentes
VPI - Vítimas por Parceiro íntimo

Sumário

1 Introdução 9
1.1 Dados de violência contra crianças 10
1.2 Definição de violência e suas consequências 12
1.3 Processos de avaliação e validação de instrumentos 15
1.4 Estudos e instrumentos de avaliação de violência 17

2. Objetivos 19

3. Método do Estudo I: Adaptação Transcultural da CARAS 20
3.1 Participantes 20
3.2 Instrumento: 21
3.3 Procedimento 21

4. Métodos do Estudo II: Obtenção de Evidência de Validade da Estrutura Interna e as Relações Com Variaveis Externas da CARAS. 23
4.1 Participantes: 23
4.2 Instrumento 23
4.3 Procedimento 23
4.4 Análise de dados: 24

5. Resultados Estudo 2 26

6. Discussão 28

7. Conclusão 33

REFERÊNCIAS 35

ANEXOS 42

1 INTRODUÇÃO

O tema da violência tem sido, ao longo dos últimos anos, cada vez mais alvo de estudos e pesquisas no mundo todo. A preocupação com a infância e a juventude, no que tange ao seu bem-estar e desenvolvimento tem engajado pessoas e instituições em busca de estratégias e modelos de intervenção que possam auxiliar no combate aos agravos que assolam e vitimizam cada vez mais crianças e adolescentes nos lares mundo afora (Moreschi, 2018; Minayo, 1994; OMS & ISPCAN, 2006). A preocupação vai além do âmbito social e econômico que geralmente passa pela questão da violência e assume uma proporção muito mais complexa, envolvendo diversos fatores.

Azevedo e Maia (2006) apontam que o conceito de infância era inexistente, até o século XVII. Somente no século XVIII é que tal conceito começou a ser moldado, sendo este, entendido como uma fase da vida em que se necessitava de mais atenção e cuidados por parte da família. No século XVIII, Rousseau surge com a ideia de que a criança é um ser com valor próprio, detentora de direitos e merecedora de respeito (Azevedo & Maia, 2006). As ideias de Rousseau sugerem que o universo infantil é pautado por necessidades específicas e depende exclusivamente do modo como o adulto pratica seus cuidados para atender a tais necessidades (Dalbosco, 2011). Antigamente, o assassinato de crianças era uma prática comum presente nos modos de vida das sociedades até ao século IV D.C. Tal prática possuía o intuito, além de dizimar os filhos não legítimos, servir como reproposta às tradições e práticas e ainda, para o controle de natalidade (Magalhães, 2010). Segundo a tradição romana, os pais detinham um total direito e controle sobre suas proles, como o poder de submetê-los a julgamento ou até mesmo disponibilizá-los a sacrifícios ou até mesmo ao abandono (Assis, 1994; Gallardo, 1994; Magalhães, 2010). Com isso, adotavam-se práticas e, estilos educativos inadequados, em que eram frequentes os castigos, humilhações, abandono e infanticídio. Magalhães (2010) aponta ainda que quando os filhos não eram abandonados ou quando não eram eliminados pelos pais, também não lhes eram proporcionadas as condições que lhes permitissem se desenvolver de acordo com a sua faixa etária, em que a carência de atenção e afeto era explícita. Durante muito tempo, não foi conferido à infância nenhum direito legal que a protegesse dos maus tratos, muito menos deixava espaço para qualquer intervenção judicial, pois não constituía crime (Duque, 2008). A prática dos castigos físicos nas escolas, até pouco tempo, era comum, aceita pela cultura social da época como forma educativa.

De acordo com Magalhães (2010), alguns eventos importantes que emergiram por influência da primeira e segunda Guerras Mundiais colaboram para o desenvolvimento do

tema em questão. A fundação da União Internacional de Socorros às Crianças, em Genebra no ano de 1920 dando origem à carta que mais tarde seria conhecida como Carta dos Direitos das Crianças. Seguindo nesta direção, a autora aponta a criação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no ano de 1946 bem como, a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU em dezembro de 1948. De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) Lei 8069, de 13/07/1990 estabelece:

> Considera-se crianças as pessoas com idade de até 12 anos incompletos e adolescentes de 12 até 18 anos de idade. Dispõe contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, e estabelece penalidades tanto para os agressores quanto para quem os omite. (Brasil, 1990, p. 1).

Dispõe ainda no Artigo 5º:

> Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (Brasil, 1990, p. 1).

A literatura científica nacional e internacional aponta a violência intrafamiliar como sendo algo muito presente no mundo todo. Diversos estudos revelam que a violência contra criança ocorre geralmente dentro do seio familiar (Brasil, 2018; ONU, 2006; Padilha & Williams, 2005). A família, que geralmente é lugar de aconchego e proteção às crianças, tem se tornado um espaço propicio para a perpetração dos agravos (Platt, Back, Hauschild & Guedert, 2018; Nakaya, 2016). A violência intrafamiliar é uma realidade assustadora e representa uma violação de difícil intervenção visto que surge de uma complexa combinação de fatores (Schek, Silva, Lacharité & Bueno, 2016). A UNICEF ressalta os diversos estudos que apresentam números expressivos em todo o mundo e evidencia o fenômeno enraizado e culturalmente aceito em muitas sociedades modernas e conclama os governos a tomarem medidas urgentes para a erradicação da violência. Dentre as medidas, a entidade sugere o fortalecimento do marco politico e a promoção de serviços de apoio e atenção às vitimas de violência, bem como a limitação ao acesso ao armamento (UNICEF, 2017).

1.1 Dados de violência contra crianças

Estudo realizado pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) revelou que diariamente no Brasil, são notificados em média 233 abusos (físico, psicológico e tortura) contra crianças e adolescentes (0 a 19 anos). Em 2017, o total dos três tipos de notificações chegou a 85.293 registros. A maior parte dessas situações aconteceu dentro dos lares das vítimas ou tiveram

como perpetradoras pessoas conhecidas ou do próprio núcleo familiar e do círculo de convívio das vítimas (SBP, 2019). Fato que vem sendo descrito pela literatura há vários anos (Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005); (Habigzang & Caminha, 2004); Andrade et. al, 2018). Cerca de 69,5% (59.293) das notificações pesquisadas no estudo da SBP, refere-se à violência física; 27,1% (23.110) a violência psicológica; e 3,3% (2.890) refere-se a episódios de tortura. No período compreendido entre 2009 a 2017 o número de agravos chegou a 471.178 notificações. Desde a criação do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN), as notificações têm aumentado de forma consistente. Diariamente foi registrada uma média de 38 notificações no primeiro ano de funcionamento e aumentou 34 vezes mais após oito anos (SBP, 2019). Outro estudo, realizado em Salvador com dados do sistema VIVA revelou que das notificações registradas no período de 2009 a 2015, 84,3% corresponderam à violência física contra crianças e adolescentes na capital baiana, sendo a maior parte das vítimas pertencentes ao gênero masculino 64,3% e 92,6 % desta população corresponde à cor parda e ou preta. 29,1% destes agravos foram cometidos por pessoas próximas às vítimas (Andrade et. al, 2018).

A ONU calcula que o percentual das crianças no mundo que sofrem algum tipo de punição envolvendo castigos corporais seja de 80%, e estima que deste grupo ao menos um terço sofre castigos corporais graves com utilização de objetos e resultando em mortes (ONU, 2006). Estima ainda, que de um total de 204 milhões de crianças com menos de 18 anos na Europa, 9,6% sofrem exploração sexual, 22,9% sofrem abuso físico e 29,1% têm danos emocionais e aproximadamente 700 são assassinadas a cada ano (ONU, 2020). Pesquisadores e estudiosos no mundo todo concordam que a violência além de provocar perdas humanas, também impacta em perdas econômicas consideráveis. A Organização Mundial da Saúde (OMS) avalia que US$ 581 bilhões sejam gastos anualmente no tratamento de vítimas em decorrência da violência (ONU, 2020). No Brasil, estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sugerem que a estimava seja de 5,9% do valor do Produto Interno Bruto (PIB) gastos por ano para o tratamento das vítimas da violência. Esse valor inclui gastos legais (sistema de segurança pública e prisional), além dos serviços de saúde e assistência social, empregados em programas de prevenção à violência, bem como na proteção das vítimas (IPEA, 2019).

Dada às altas taxas de prevalência da violência praticada contra crianças e adolescentes no mundo, torna-se cada vez mais necessário o desenvolvimento ou adaptações de instrumentos de avaliação, que sejam consistentes e precisos na aferição deste fenômeno. Neste sentido, é o que se pretende com a adaptação transcultural da *Child Abuse Risk*

Assessment Scale (CARAS).

1.2 Definição de violência e suas consequências

Não há na literatura um consenso com relação à definição ou conceituação do que é violência. Talvez isso se dê devido ao fato de sua complexidade e seu caráter polissêmico (emprego da força física, verbal, ameaças e afins), pois nela se encontra a influência de vários aspectos e seus diferentes contextos, todavia bastante tênues e também pelo fato de ainda ser um conceito em construção (Assis, 1994; Minayo & Souza, 1998; Misse, 2016). Por outro lado, nos últimos anos são crescentes os esforços em estudar o tema e diversos pesquisadores têm tentado defini-la considerando os aspectos citados anteriormente, como forma de melhor compreender este fenômeno. Segundo Minayo e Souza (1998), as nuances que envolvem uma definição de violência são bastante complexas e dependentes de diversas variáveis. Contudo, Minayo sugere que a violência pode ser compreendida como: "qualquer ato intencional, praticado por um indivíduo, grupo, instituição, classes ou nações dirigidas a outrem, que provoque danos ou prejuízos, físicos, sociais, psicológicos e ou espirituais" (Minayo, 2001, p 1). Na literatura há várias definições de violência, o que indica a complexidade do tema, que cada vez mais atrai estudiosos e pesquisadores em busca de desvendar este fenômeno. Todavia, a OMS sugere um conceito, mais abrangente em que considera violência toda e qualquer ação em que esteja presente a intenção de usar a força (física ou verbal) ou o poder, que acarrete em dano ou sofrimento a si mesmo, a outrem ou a comunidade de modo geral (Krug et. al, 2002).

De acordo com Krug et. al (2002), existem poucas tipologias e nenhuma é muito abrangente. A saber, consideraremos aqui três grupos de tipologia: violência autodirigida, violência interpessoal e violência coletiva. Quanto à tipologia, no momento não aprofundaremos estes conceitos, neste estudo focaremos nos conceitos de maus tratos.

É importante notar, que assim como o conceito de Violência expressa certa dificuldade de conceituação, algo semelhante se dá ao termo Maus-tratos infantis. Neste sentido, o elemento cultural é fundamental na construção deste entendimento, pois nele está a gênese que compõe os princípios que regem o que é certo ou não nas relações parentais, bem como, define as regras do que balizarão, do que é melhor na educação dos filhos nas diversas culturas (Krug et. al, 2002). Para Sanchez (2003), a violência contra criança, é antes de qualquer coisa uma violação dos direitos humanos, pois traz em seu cerne consequências nocivas que atinge a todos sem distinções, ferindo veementemente a noção de saúde integral garantido pela Constituição Federal de 1988. Diante do exposto Sanchez e Minayo (2004, p.

29) definem a violência infantil como “atos ou omissões dos cuidadores, instituições e da sociedade em geral que resultem em prejuízo físico, emocional, moral e sexual às vítimas, seres em formação”. Azevedo e Guerra (2001, p. 33) concebem que a violência contra crianças é:

> Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima - implica de um lado, numa transgressão do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

A ONU define maus-tratos como:

> Toda forma de dano, abuso físico, abuso psicológico, descuido ou cuidado negligente, exploração e abuso sexual. Envolve o uso deliberado de força física e poder por parte de uma pessoa ou grupo, em forma de ameaça ou efetivamente, contra uma criança e que cause ou tenha muitas probabilidades de causar danos efetivos ou potenciais à saúde da criança, a sua sobrevivência ou dignidade. (ONU, 2006, p. 6).

De acordo com Krug et. al (2002, p. 59), a OMS e a *International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect* (ISPCAN) definem maus-tratos contra a criança da seguinte maneira:

> Constitui todas as formas de tratamento doentio físico e/ou emocional, abuso sexual, negligência ou tratamento negligente, exploração comercial ou outro tipo de exploração, resultando em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder.

Contudo, Krug et. al (2002), salienta que há outras definições, porém acredita que a proposta feita pela OMS abarque um leque maior de variáveis pertinentes ao conceito de abuso, reforça ainda que a violência contra crianças e adolescentes em ambiente escolar e outras instituições, tambem é relatada pela literatura nacional e internacional.

Com relação à tipologia dos maus trados, abordaremos a tipologia proposta pela ISPCAN em conformidade com a OMS. São elas: abuso físico, abuso sexual, abuso emocional e psicológico e negligencia. Assim temos as seguintes definições:

> Abuso físico:
> Abuso físico de uma criança é definido como o uso intencional de força física contra uma criança que resulta em - ou tem alta probabilidade de resultar em - dano à saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança. Isso inclui bater, espancar, chutar, sacudir, morder, estrangular, escaldar, queimar, envenenar e sufocar. Muita violência física contra crianças em casa é infligida com o objetivo de punição.
> Abuso sexual:
> O abuso sexual é definido como o envolvimento de uma criança em atividade sexual que ela não compreende totalmente, é incapaz de dar consentimento informado ou para a qual a criança não está preparada em termos de desenvolvimento, ou que viola as leis

> ou tabus sociais de sociedade. As crianças podem ser abusadas sexualmente tanto por adultos como por outras crianças que - devido à sua idade ou estágio de desenvolvimento - ocupam uma posição de responsabilidade, confiança ou poder sobre a vítima.
> Abuso emocional e psicológico:
> O abuso emocional e psicológico envolve incidentes isolados, bem como um padrão de falha ao longo do tempo por parte de um pai ou responsável em fornecer um ambiente de desenvolvimento apropriado e de apoio. Atos nesta categoria podem ter alta probabilidade de prejudicar a saúde física ou mental da criança, ou seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social. Abuso deste tipo inclui: a restrição de movimento; padrões de menosprezar, culpar, ameaçar, assustar, discriminar ou ridicularizar; e outras formas não físicas de rejeição ou tratamento hostil.
> Negligência:
> A negligência inclui incidentes isolados, bem como um padrão de falha ao longo do tempo por parte de um dos pais ou outro membro da família em fornecer o desenvolvimento e o bem-estar da criança - quando o pai estiver em posição de fazê-lo - em uma ou mais das seguintes áreas: saúde; educação; desenvolvimento emocional; nutrição; abrigo e condições de vida seguras (OMS & ISPCAN, 2006, p. 19).

Existem vários modelos explicativos que buscam compreender o fenômeno da violência. Estes são essenciais para a produção de conhecimento empírico, que subsidiará o desenvolvimento de estratégias de prevenção (Krug et. al, 2002). Sendo assim, o modelo ecológico tem sido apontado como um dos mais utilizados em pesquisas e programas de intervenção à violência com o intuito de compreender seus impactos e as sequelas no desenvolvimento de crianças e adolescentes (Krug et. al, 2002; Bergamo, 2011). Vários autores relatam a importância de se identificar quais as variáveis que podem atuar como fatores de risco e ou fatores de proteção (Belsky, 1993; Bronfenbrenner, 1996; Garbarino et al.,1992). Por fim, Bergamo (2011) sugere a perspectiva do modelo Ecológico-Transacional, que é resultando da integração das teorias Ecológica e Transacional proposta por Cicchetti e Lynch (1993). Por este prisma, os fatores de riscos e os fatores potencializadores podem se dar em qualquer um dos níveis ecológico e uma vez presente em qualquer um dos níveis ou tanto um como outro, afeta significativamente os demais níveis (Lynch & Cicchetti, 1998). Sendo assim, sugere que as determinantes dos maus-tratos ocorrem, como consequência da relação entre os fatores concorrentes, aumentando ou diminuindo a probabilidade de o fenômeno maus-tratos ocorrer (Lynch & Cicchetti, 1998). É válido pontuar que muitos avanços foram alcançados no enfrentamento da violência, mas muitos desafios ainda permanecem, revelando que esse fenômeno, em suas diferentes nuances, deve tornar-se prioridade do setor de saúde, conforme demonstram sua extensão e respectivas consequências na qualidade de vida da população (Minayo, Souza, Silva, & Assis, 2018).

1.3 Processos de avaliação e validação de instrumentos

No tocante ao processo de adaptação e validação transcultural de instrumentos psicológicos, a literatura aponta a complexidade de realizar tal atividade. Neste sentido, é de fundamental importância observar as orientações preconizadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) que define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos. O artigo 7º dispõe que:

> Também estão sujeitos aos requisitos estabelecidos na presente Resolução os testes estrangeiros de qualquer natureza, traduzidos para o português, que devem ser adequados a partir de estudos realizados com amostras brasileiras, considerando a relação de contingência entre as evidências de validade, precisão e dados normativos com o ambiente cultural onde foram realizados os estudos para sua elaboração (CFP, 2003, p. 1).

Todavia, a *International Test Commission* (ITC), desde 2005, através da confecção de um guia, vem desenvolvendo e implementando sugestões para uma prática mais assertiva sobre como realizar este processo considerando a sua complexidade (ITC, 2017). Deste modo, por meio de 18 diretrizes, divididas em seis grandes tópicos (Pré-Condição, Desenvolvimento de Testes, Confirmação [Análise Empírica], Administração, Pontuação das Escalas e Interpretação e Documentação) propõe orientações para a prática do desenvolvimento ou adaptação de testes psicológicos ou educacionais para serem aplicados em grandes populações (ITC, 2017). Contudo, a ideia do ITC, reforça a preocupação em se ter testes validados a partir de métodos fundamentados em evidências e, por conseguinte, reiterar a importância da Adaptação Cultural ao invés da mera e simples tradução de um teste para outro idioma. A saber:

> A tradução do teste é o termo mais comum, mas a adaptação é o termo mais amplo e refere-se à mudança de um teste de um idioma e de uma cultura para outra. A adaptação do teste refere-se à todas as atividades, incluindo: decidir se um teste em um segundo idioma ou cultura poderia medir o mesmo construto na primeira língua; selecionar tradutores; escolher um desenho para avaliar o trabalho dos tradutores de teste (por exemplo, traduções e traduções reversas) escolher quaisquer acomodações necessárias modificando o formato do teste; conduzir a tradução; verificar a equivalência do teste no segundo idioma ou cultura e realizar outros estudos de validade necessários (ITC, 2017, p. 6).

De modo geral, a literatura sugere que o processo de adaptação de um instrumento para uma nova cultura deve ser constituído por cinco etapas fundamentais: tradução do instrumento do idioma de origem para o idioma-alvo; realização da síntese das versões traduzidas; análise da versão sintetizada por juízes experts; tradução reversa para o idioma de

origem (*backtranslation*); e por último estudo-piloto (Hambleton, 2005). Os estudiosos da área alertam para o fato de que não existe consenso na literatura científica no que tange adaptação transcultural de um instrumento para uso em outro contexto, pois este processo dependerá de algumas variáveis que podem influenciar plenamente neste processo (Damásio, 2012). Ressalta que, o processo de adaptação transcultural dever ser levado com rigor e as características psicométricas do novo instrumento tem que ser avaliadas minuciosamente, a fim de assegurar que o instrumento adaptado está em condições de uso na cultura alvo (Borsa, Damasio & Bandeira, 2012). Por outro lado, embora haja consenso na literatura de que é crescente o número de estudos sobre o processo de adaptação transcultural de testes psicológicos, observa-se também que muitas destas pesquisas são invalidadas por falta de rigor metodológico (Hambleton, 2005). Nesta direção, encontramos na literatura científica, estudos que corroboram a importância das análises estatísticas, como variável preponderante neste processo, como por exemplo, a análise Fatorial Exploratória, (Damásio, 2012). A Análise Fatorial é um dos procedimentos estatísticos que há um século (desde Spearman, 1904, 1927) tornou-se muito utilizada em pesquisa aplicada por várias áreas (Brown, 2006). Todavia, afirma que o papel da Análise Fatorial é indicar "o número e a natureza das variáveis ou fatores latentes que respondem pela variação e covariação entre um conjunto de medidas observadas, comumente chamadas de indicadores" (Brown, 2006, p. 13). As variáveis observadas pertencem a um mesmo fator quando, e se, dividem uma variância em comum, isto é, são influenciadas ou determinadas pelo mesmo constructo implícito (Brown, 2006). Alguns autores apontam como outro ponto crucial no processo de adaptação transcultural, e a importância da validade do Instrumento, isto é, trata-se do aspecto sobre o qual o instrumento se propõe aferir [objetos ou construtos] (Pasquali, 2003). Ou ainda, pode ser definida como a propriedade de mensurar aquilo que se pretende medir (Edenborough, 1998). A validade de constructo é aquela que indica se o constructo avaliado é realmente aquele que emerge dos dados obtidos. Alguns autores utilizando o modelo tripartite de validade consideram que a validade de constructo deve ser investigada sempre (Ferreira & Marques, 1998). Isso porque as outras evidências de validade também reforçam a noção de que aquele constructo está sendo avaliado. Na avaliação da validade de constructo, a técnica mais utilizada é a análise fatorial exploratória. Nessa análise, o padrão de respostas que emerge de determinado conjunto de resposta permite interpretar os constructos aferidos (Urbina, 2007).

A validade do tipo critério externo ocorre por meio da relação entre o instrumento e variáveis externas. Este tipo de validade de critérios possibilita avaliar os resultados do novo teste ou adaptados, em comparação com outros critérios que medem dimensões semelhantes

(Edenborough, 1998).

Por fim, considerando a importância da avaliação de risco de abuso físico e a carência de instrumentos no Brasil, o objetivo do presente trabalho é realizar o processo de adaptação transcultural e obtenção de evidências instrumento CARAS: Escala de Avaliação de Risco de Abuso físico em Crianças.

1.4 Estudos e instrumentos de avaliação de violência

É consenso na literatura científica nacional e internacional que a violência contra crianças e adolescentes provoca efeitos extremamente nocivos ao seu desenvolvimento integral e que, uma das melhores abordagens é prevenir todas as formas de abusos (físico, psicológico, sexual e negligência) (Gallo & Williams, 2005; Minayo & Souza, 1999; Algeri & Melo, 2006; Finkelhor, Turner, Shattuck & Hamby, 2015). Neste sentido, uma das atividades mais importantes e difíceis no contexto da prevenção da violência contra as crianças tem sido a identificação precisa do risco ou potencial de maus-tratos em crianças e adolescentes (Chan, 2012). Alguns autores sustentam que a avaliação do risco é a base para a tomada de decisões dos profissionais envolvidos na tentativa de proteger as crianças contra os maus tratos, o que os leva a buscar se pautar em técnicas com alto grau de confiabilidade e precisamente capazes de identificar probabilisticamente futuras situações de violências (Shlonsky & Wagner, 2005). A fim de evitar que as crianças tenham maiores prejuízos a sua saúde integral, a investigação dos riscos de abusos requer o uso de instrumentos confiáveis, cientificamente validados e que expressem mensurações consistentes (Baird, Wagner, Healy, & Johnson, 1999). Neste sentido, é consenso na literatura que embora se utilize no Brasil alguns instrumentos de avaliação com a finalidade de se realizar a acurácia diagnóstica de abusos infantis, a existência de instrumentos validados e consistentes ainda é bastante escasso no Brasil (Bonfin, Santos, Menezes, Barreto & Reichenheim, 2011).

Tendo em vista a carência de instrumentos capazes de avaliar os riscos de abusos na infância, foi o que este estudo se propôs fazer e, dessa forma poder contribuir para a validação transcultural da CARAS. Todavia, é importante ressaltar as dificuldades de se obter um instrumento capaz de mensurar precisamente um constructo como a violência, por se tratar de um tema permeado por variáveis diversas e que sugerem cautela (Bonfim et. al, 2011). Por outro lado, também se destaca o fato de a maioria dos instrumentos existentes serem fundamentados em experiências de violência passada, isto é, o risco é medido a partir das experiências de violência vivenciadas pelas vítimas ou testemunhadas por elas (Chan, 2012). Outro aspecto importante é o que diz respeito à desejabilidade social, embora por um lado,

não seja um consenso na literatura que sua influência impacte negativamente em questionário de autorrelato, por outro muitos estudiosos sustentam que sim, ela pode influenciar no resultado de escores das escalas de autorrelato (Costa, 2020). Sendo assim, é necessário evitar os vieses que envolvem a desejabilidade social, pois esta envolve os valores pessoais e sociais em que o respondente traz em seu repertório comportamental (Chan, 2011; Costa, 2020).

Por fim, levando em conta estas características ponderadas acima, a CARAS foi projetada e validada em seu país de origem, a partir de uma amostra significativa da população geral, apresentando resultados consistentes, evidenciando uma precisão geral preditiva de 78% o que se mostra dentro do esperando, se comparado a outros instrumentos como o Inventário de Potencial de Abuso Infantil CAP (Chan, 2012). Ressalta-se ainda, que o objetivo da CARAS é identificar o risco de maus-tratos contra a criança na perspectiva da população em geral, observando todas as nuances que envolvem tal desafio, incluindo a supressão dos vieses da desejabilidade social.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral dessa pesquisa foi realizar a adaptação transcultural e a obtenção de evidências de validade do instrumento: CARAS: Escala de Avaliação de Risco de Abuso físico em Crianças.

Os objetivos específicos dessa pesquisa foram:

a) Obter evidências de validade quanto a estrutura interna e consistência interna da versão adaptada.

b) Verificar a Relação com variáveis externas entre variáveis sócio-demográficas e o risco para abuso conforme o instrumento CARAS.

3. MÉTODO DO ESTUDO I: ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DA CARAS

Estudo qualitativo de avaliação de juízes especialistas dos itens da versão traduzida, sendo um tradutor nativo (médico pediatra e residente nos EUA) do original do instrumento e um tradutor (psicólogo) nativo em português.

3.1 Participantes:

Participaram 5 (cinco) juízes experts, psicólogos com experiência na área de violência contra a criança. Após a tradução inglês-português que foi conduzida por dois profissionais, um médico pediatra nativo americano fluente em português e um psicólogo e professor de inglês, brasileiro nativo e fluente em inglês, iniciou-se o processo de adaptação transcultural da CARAS (Chan, 2012). Posteriormente, cinco experts em violência, a saber: 1º Expert: Mestre, Doutora e Phd em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) nos temas: avaliação do impacto da violência para o desenvolvimento psicossocial, desenvolvimento e avaliação de intervenções clínicas e psicossociais para populações vulneráveis e/ou com histórico de violência, desenvolvimento e avaliação de tecnologias de capacitação profissional para prevenção e intervenção em situações de violência e vulnerabilidade; 2º Expert: Mestre e Doutor pela UFRGS, professor e pesquisador do Complexo de Ensino Superior Meridional(IMED). Desenvolve atividades de pesquisa e extensão com foco em situações de violência contra crianças e adolescentes e na atuação das redes de proteção e de atendimento para crianças e adolescentes em situação de risco; 3º Expert: Mestre e Doutor pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), professor e pesquisador na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Atua na área de prevenção da violência e promoção de saúde investigando: violência no namoro, violência entre parceiros íntimos, consumo de álcool, crenças sobre a violência e estratégias de prevenção; 4º Expert: Mestre, Doutora e PhD pela UFSCAR, professora e pesquisadora na UFSCAR. Atua principalmente no âmbito de prevenção de violência e intervenção psicoterapêutica com mulheres, adolescentes e crianças; 5º Expert: Mestre pela UTP e Doutor pela PUCRS, professor e pesquisador da UTP. Intervenções psicológicas e práticas Forenses contra violência e avaliação de abuso sexual infantil. Avaliaram os itens traduzidos e deram sugestões para alterações.

3.2 Instrumento:

O presente estudo utilizou o CARAS, um Instrumento para a avaliação do risco de abuso físico em crianças. Este é composto por cinco sub-escalas:

- Controle da Raiva: reconhecer sinais de raiva, conversas consigo mesmo e auto-reconforto comportamental (questões de 1 a 6).
- Condições estressantes: Estresse ou aborrecimentos experimentados na vida diária (questões de 1 a 8).
- Aprovação da violência: Extensão da aceitação do uso da força física (questões de 1 a 11).
- Vitimização por Parceiro Íntimo no Ano Anterior: experiência de vitimização por parceiro íntimo (VPI) incluindo violência física, agressão psicológica, abuso sexual e lesão (questões de 1 a 9 para agressão psicológica; 1 a 17 para agressão física e 1 a 3 para agressão sexual).
- Uso de castigo físico contra crianças no ano a66nterior: castigo físico empregado nos filhos no ano anterior.

3.3 Procedimento:

O presente projeto foi idealizado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UTP. Para realizar a adaptação do instrumento, primeiramente foi obtida a autorização para a adaptação junto ao autor, Edward K.L. Chan, Professor e Chefe Associado do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Politécnica de Hong Kong. Posteriormente, a versão original do instrumento foi traduzida para o português por um nativo da língua original (inglês) e da língua traduzida (português) obtendo-se uma versão final de consenso. Essa versão foi avaliada por cinco juízes antes da retro tradução. Cientes dos constructos que compõe o instrumento, os *experts* fizeram uma avaliação semântica dos itens com a realidade em que trabalham.

Foi realizada uma análise de dados qualitativa e feitos os ajustes solicitados pelos juízes conforme suas indicações. Por exemplo, sub-escala (1) questão 6(f) “Quando estou zangado com minha família, tento me convencer a me acalmar”, acatando a sugestão ficou: “Quando sinto raiva da minha família, tento conversar comigo mesmo para me acalmar.” Na sub-escala (3), as questões 2(b) “Em certas situações eu aprovaria a esposa dar um tapa no rosto do marido”, 3(c) “Em certas situações eu aprovaria o marido dar um tapa no rosto da mulher” e 4(d) “Às vezes é necessário que os pais deem um tapa no adolescente que retruca,

ou que está se metendo em confusão" também foram ajustadas conforme sugestão dos juízes, como segue: 2(b) "Em algumas situações eu penso que aprovaria a esposa dar um tapa no rosto de seu marido"; 3(c) "Em algumas situações eu penso que aprovaria o marido dar um tapa no rosto de sua mulher"; e 4(d) "Às vezes é necessário que os pais deem um tapa em um adolescente que retruca ou está se metendo em problemas".

4. MÉTODOS DO ESTUDO II: OBTENÇÃO DE EVIDÊNCIA DE VALIDADE DA ESTRUTURA INTERNA E AS RELAÇÕES COM VARIAVEIS EXTERNAS DA CARAS.

Estudo com delineamento transversal quantitativo, cujo foco foi analisar as propriedades psicométricas do CARAS.

4.1 Participantes:

Participaram deste estudo 334 adultos, de ambos os gêneros, que tinham filhos (biológicos ou adotivos), que viviam com esses filhos ou que tinham contato em mais de um dia por mês, residentes nas cinco regiões do Brasil. A idade média foi de 41,6 anos (DP 8,7) e variou entre 19 e 72 anos. Observa-se que 70,1% era do sexo feminino e 29,9% do sexo masculino; 57,2% casado, 12,3% divorciado, 18,0% solteiro, 0,9% viúvo, 12,3 % vivia junto. Com relação à etnia, 62,3% se considerou branca, 12,9% negra, 21,9% parda, 2,1% amarela e 0,9% indígena. Quanto ao grau de instrução, 2,1% afirmou ter ensino Fundamental incompleto, 5,4% ensino Fundamental 1 completo ou Fundamental II incompleto, 4,2% Fundamental completo ou ensino Médio incompleto, 25,1% com ensino Médio completo ou Superior incompleto e 63,2% com Superior completo. Quanto à religião, 53,3% eram católicos, 26,3 Evangélicos, 5,4% Espíritas, e 15% disseram praticar outras religiões. Entre os participantes, 83,2% afirmaram que trabalhavam. Segundo a classificação realizada em 2019 pelo Critério Brasil da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP), observa-se que 6,9% pertencia à classe A, 20,1% à classe B1, 40,7% à classe B2, 20,1% à classe C1, 9,6% à classe C2 e 2,1% pertence à classe D e E.

4.2 Instrumentos

a) Questionário sócio demográfico: descrição de dados demográficos e critérios de inclusão e exclusão na amostra.

b) CARAS - um Instrumento para a avaliação do risco de abuso físico em crianças, já descrito no capítulo anterior.

4.3 Procedimento

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética (CAAE: 14678819.3.0000.8040). A obtenção do número de participantes foi feita via online, através da plataforma *Google Forms*, salvaguardando a proteção do anonimato dos sujeitos e permitindo uma maior autenticidade

dos resultados, na medida em que a coleta de dados online concede aos participantes uma maior liberdade para responder de forma sincera ao Questionário. Os dados foram coletados através de partilhas feitas em plataformas digitais, como o *Whatsapp* e *Facebook*, e através de mensagens solicitando a partilha do mesmo, resultando num efeito *snowball*. Antes de se dar início à resposta ao questionário, foi transmitido aos participantes qual o objetivo do estudo e foi-lhes assegurado o caráter anônimo, confidencial e voluntário do seu preenchimento e os participantes que aceitaram participar assinaram previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a coleta dos dados, foi feita uma análise estatística dos mesmos através da ferramenta *Statistical Package for the Social Science* 23 (SPSS).

4.4 Análise de dados:

Os dados foram inseridos em um banco de dados no SPSS 23 e foram realizadas análises quantitativas descritivas. Posteriormente foi realizada uma análise fatorial exploratória para averiguar se a estrutura empírica obtida através dessa amostra apresenta os mesmos fatores que a original. A inspeção inicial demonstrou que os itens das escalas de Regulação da Raiva (RR), Condições Estressoras (CE) e Aprovação da Violência (AV) foram considerados reflexivos. Por outro lado, os itens de Histórico de Vitimização do Parceiro Íntimo (H-VPI) e do Histórico de Perpetração de Punições Corporais (H-PPC) foram considerados itens formativos do Risco de Abuso. Por isso, foram adotados dois procedimentos distintos de análise para cada um dos grupos de itens.

Para o primeiro grupo, composto pelos 22 itens das escalas de (RR, CE, AV) foram submetidos à Análise Fatorial Exploratória (AFE) uma vez que o estudo original enfocou na obtenção de evidências de validade de acordo com critério externo do instrumento. Para AFE se avaliou a fatorabilidade a partir dos índices *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) e Teste de *Bartlett*. Posteriormente, foi conduzida a partir de uma matriz de correlação policórica (adequada para itens ordinais e com distribuição assintótica) utilizando como o método de extração *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (RDWLS) e rotação oblíqua Método fatorial de rotação obliqua. PROMIM robusta adequada para este método de extração (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019). Para a determinação dos fatores foi utilizada a técnica de Análise Paralela de Implementação Ótima (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011) e, em complemento, a matriz teórica da versão original do instrumento (Chan, 2012). Por fim, para a retenção dos itens foi utilizada a carga fatorial superior a 0,20 e em caso de carga cruzada optou-se por manter o item na escala original. Todas essas análises foram realizadas através

do software estatísticos Factor (versão 10) (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2017).

A partir da análise fatorial exploratória foi gerada uma pontuação para cada participante convertida para escore T (M=50, DP=10) para cada fator da amostra. A média desses escores foi utilizada para comparar os participantes que perpetraram castigos físicos (para cada castigo) no último ano. Para analisar a validade da questão de vitimização do parceiro íntimo foi realizado Teste de Qui-Quadrado com relação a alguma forma de perpetração de castigos físicos.

5. RESULTADOS DO ESTUDO 2

Em primeiro momento foi investigada a fatorabilidade da escala. O teste de *Bartlett* ($p<0,05$) foi considerando aceitável e o índice KMO (0,774), minimamente aceitável. Posteriormente, a análise de paralela de implementação ótima indicou uma solução de três fatores, assim como a escala original. A retenção dos itens foi realizada considerando cargas superiores a 0,20 e preferencialmente manutenção no fator inicialmente estudado. Os itens 1 e 6 da escala de controle de raiva não obtiveram cargas satisfatórias e foram excluídos das análises posteriores. Ao analisar de forma semântica esses itens se observa que indicam possivelmente "acalmar-se" ("consigo me acalmar quando fico chateado" e "quando sinto raiva da minha família, tento me convencer a me acalmar") estava mais associado ao "controle da raiva" e os demais itens como "impulsividade agressiva". A confiabilidade mostrou-se adequada, como se pode observar na tabela 1, o alfa de Cronbach ficou acima de 0,70 o que segundo a literatura é o minimamente aceitável. Na Tabela 1 está às cargas fatoriais de cada item a escala.

Tabela 1: Cargas fatoriais dos itens na análise fatorial exploratória a partir do método Robust Diagonally Weighted Least Squares (RDWLS) e rotação oblíqua PROMIN.

Variavel	Controle de Raiva	Condições Estressantes	Aceitação de Violência	Alfa de Cronbach
Não há nada que eu possa fazer para controlar meus sentimentos quando um membro da minha família me incomoda ®	0,324	-0,161	-0,252	0,764
Geralmente consigo perceber quando estou prestes a perder a paciência com a minha família.	-0,394	-0,054	-0,176	0,790
Sinto meu sangue ferver quando eu começo a ficar brabo com minha família. (R)	0,769	0,009	0,066	0,766
Quando estou com raiva da minha família, digo o que penso sem pensar nas consequências. (R)	0,654	-0,01	-0,039	0,763
Tenho dificuldade em encontrar tempo para as refeições.	0,104	0,642	-0,155	0,771
Minha moradia não é satisfatória (por exemplo, muito barulho, problemas com a estrutura, mal conservada, problemas com os vizinhos).	0,103	0,488	0,263	0,768
Meus amigos me pressionam para fazer coisas que não quero.	-0,018	0,862	0,159	0,762
As pessoas no trabalho ou escola não se dão bem comigo.	-0,016	0,816	0,243	0,764
Meu parceiro (a) muitas vezes me incomoda	-0,123	0,755	-0,047	0,759
As pessoas muitas vezes me interrompem quando estou tentando fazer as coisas	-0,096	0,707	-0,139	0,764
Eu não tenho dinheiro suficiente para minhas necessidades diárias	-0,03	0,56	0,032	0,767

Eu não gosto de meu trabalho ou aulas.	-0,063	0,492	0,185	0,763
Às vezes é necessário disciplinar uma criança com punição/castigo físico.	-0,28	-0,633	0,408	0,790
Em certas situações eu aprovaria a esposa dar um tapa no rosto de seu marido.	-0,041	0,005	0,828	0,756
Quando um menino está crescendo, é importante que ele tenha algumas brigas física.	0,039	-0,055	0,7	0,762
Um garoto que foi agredido por outro deve revidar	-0,139	0,021	0,482	0,761
Uma mulher que tenha sido estuprada provavelmente é parcialmente responsável.	0,272	-0,054	0,756	0,763
Uma esposa não deve se recusar a ter relações sexuais com seu marido.	0,214	-0,011	0,6	0,765
Em algumas situações eu penso que aprovaria a esposa dar um tapa no rosto de seu marido	-0,16	-0,015	0,781	0,768
Às vezes é necessário que os pais deem um tapa em um adolescente que retruca ou está se metendo em problemas	-0,13	-0,076	0,222	0,756

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que 24,3% dos participantes da pesquisa sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses e 35% dos participantes praticaram algum tipo de punição física em seus filhos.

A análise de regressão foi realizada para determinar o efeito do Manejo de Raiva, da Aprovação de Violência, dos Fatores estressores e do escore de vitimização sofrida nos últimos 12 meses, na probabilidade de ter praticado punição física em seus filhos nos últimos 12 meses. (Tabela 2). O modelo de regressão logística foi estatisticamente significativo (X2=21,861, p= 0.001). Observa-se que a cada tipo de violência que o participante sofreu, aumenta em 2.2 vezes a probabilidade de praticar punição física em seus filhos.

A análise demonstrou que os fatores Manejo de Raiva e a Aprovação de Violência também são preditores de perpetração de violência contra criança nos últimos 12 meses.

Tabela 2: Variáveis associadas à perpetração de violência física contra crianças nos últimos 12 meses. (n=302)

	OR todas variáveis			**OR variáveis no modelo**		
Variáveis	**OR**	**95% CI**	**p**	**OR**	**95% CI**	**p**
Sofreu violência últimos 12 meses	2.09	1.40-3.12	0.000	2.20	1.30-3.74	0.003
Manejo de raiva	0.97	0.95-0.99	0.026	0.88	0.80-0.96	0.006
Aprovação de violência	1,01	0.99-1,04	0.157	0.90	0.82-098	0.024
Condições estressantes	1,01	0.99-1.04	0.153			

* Regressão Logística Binomial, Método Foward LR

Fonte: Elaborado pelo Autor.

6. DISCUSSÃO

O objetivo geral dessa pesquisa foi realizar adaptação transcultural e a obtenção de evidências de validade do instrumento CARAS, para o contexto brasileiro. Ressalta-se a importância de estudos de elaboração e validação de instrumentos que possibilitem identificar e avaliar precocemente o fenômeno da violência contra a criança, a fim de reduzir a baixa identificação dos casos de maus-tratos (Rios & Williams, 2008).

Com relação à adaptação transcultural, não há um consenso na literatura quanto ao processo de adaptação de um instrumento para outro contexto cultural, porém, cabe ressaltar que há consenso de que este processo vai além de se fazer uma mera tradução (Damásio, 2012). Diversos autores ressaltam a importância do rigor no processo de adaptação transcultural, bem como na observância de práticas metodológicas que conduzam à adequação cultural do instrumento (Borsa, Damasio & Bandeira, 2012; Hambleton, 2005). Na presente pesquisa a adequação cultural mostrou-se adequada, apos aobservância dos parâmetros preconizados pela literatura ea dotados neste estudo.

Neste sentido, por meio da Análise Fatorial Exploratória aplicou-se a análise do índice (KMO) e a técnica de esfericidade de Bartlett, buscando atestar a possibilidade de fatorabilidade dos itens. Pode-se constatar que ambos foram considerados satisfatórios, tendo em vista que a prova de esfericidade de Bartlett ($p<0,05$) e o índice KMO (0,774) demostram-se estatisticamente significativos, garantindo a fatorabilidade dos grupos de itens da CARAS (Chan, 2012). Deste modo, a análise das propriedades psicométricas da CARAS encontrou três conjuntos de fatores condizentes com a escala original, a saber, Controle da Raiva, Condições Estressoras e Aprovação da Violência.

A sub-escala de Controle de Raiva originou-se da *Personal and Relationship Profile* (PRP) (Straus, Hamby, Finkelhor, Moore & Runyan, 1998) e foi usada para avaliar a capacidade dos entrevistados de controlar a raiva de diferentes maneiras, como auto-apaziguamento e diálogo interno. A sub-escala original consiste em seis itens, que foram classificados usando uma escala do tipo Likert de 4 pontos (1 = discordo totalmente, 2 = discordo, 3 = concordo e 4 = concordo totalmente). Os itens que permaneceram nesse fator foram: “não há nada que eu possa fazer para controlar meus sentimentos quando um membro da minha família me incomoda” (0,324); “geralmente consigo perceber quando estou prestes a perder a paciência com a minha família” (-0,394); “sinto meu sangue ferver quando eu começo a ficar brabo com minha família” (0,769); “quando estou com raiva da minha família, digo o que penso sem pensar nas consequências” (0,654).

O segundo fator, Condições Estressantes, que avalia a extensão do estresse e aborrecimentos vivenciados pelo entrevistado. A sub-escala consiste em oito itens, que foram classificados usando uma escala do tipo *Likert* de 4 pontos (1 = discordo totalmente, 2 = discordo, 3 = concordo e 4 = concordo totalmente). A saber, "tenho dificuldade em encontrar tempo para as refeições" (0,642); "minha moradia não é satisfatória (por exemplo, muito barulho, problemas com a estrutura, mal conservada, problemas com os vizinhos)" (0,488); "meus amigos me pressionam para fazer coisas que não quero" (0,862); "as pessoas no trabalho ou escola não se dão bem comigo (0,816); "meu parceiro(a) muitas vezes me incomoda" (0,755) ; "as pessoas muitas vezes me interrompem quando estou tentando fazer as coisas" (0,707); "eu não tenho dinheiro suficiente para minhas necessidades diárias" (0,56); "eu não gosto de meu trabalho ou aulas" (0,492).

O terceiro fator Aprovação da Violência, uma subescala também derivada do PRP, foi utilizada para medir o nível de aceitação do uso da força física como forma adequada de responder a diferentes situações, como ser agredido por outras pessoas e disciplinar crianças. Os oito itens da sub-escala foram avaliados usando uma escala do tipo Likert de 4 pontos (1 = discordo totalmente, 2 = discordo, 3 = concordo e 4 = concordo totalmente). Os itens da amostra e suas respectivas cargas fatoriais: "às vezes é necessário disciplinar uma criança com punição/castigo físico" (0,408); "em certas situações eu aprovaria a esposa dar um tapa no rosto de seu marido" (0,828); "em certas situações eu aprovaria o marido dar um tapa no rosto de sua mulher" (0,7) ; "as vezes é necessário que os pais batam em um adolescente que dá uma resposta malcriada ou se mete em confusões" (0,482); "quando um menino está crescendo, é importante que ele tenha algumas brigas físicas "(0,756) ; "um garoto que agredido for por outro deve revidar "(0,600); " uma mulher que tenha sido estuprada provavelmente é parcialmente responsável" (0,781); "uma esposa não deve se recusar a ter relações sexuais com seu marido' (0,222).

Após a análise dos itens e fatores optou-se por adotar o critério de que os itens deveriam possuir cargas fatoriais maiores que 0,20 e para os fatores adotou-se a análise de paralela de implementação ótima, evidenciando os resultados da amostra, conforme a tabela 1. Observa-se que a menor carga foi de 0,222 e a maior foi de 0,862, indicando um resultado congruente. A AFE demonstrou ainda, que dois itens não apresentaram a carga fatorial satisfatória e foram cortadas da amostra. Contudo, o uso da matriz de correlação policórica permitiu uma maior assertividade na identificação dos fatores, demonstrando a semelhança com o estudo original. Neste sentido, alguns estudos sugerem que análises fatoriais que utilizam estimadores amparadas por correlações policóricas tendem a um maior acerto quanto

ao número de fatores implicitos aos dados, produzindo estimativas mais consistentes de cargas fatoriais e correlações entre fatores (Asún, Rdz-Navarro, & Alvarado, 2015; Lara, 2014). Isto parece se confirmar neste estudo, em que durante a análise fatorial exploratoria, citada acima nos resultados verificou-se que os itens 1(**) e 6(***) da escala de controle de raiva não obtiveram cargas satisfatórias e foram excluídos das análises posteriores. Do ponto de vista semântico, talvez isto se dê pelo fato de "acalmar-se" na cultura brasileira, esteja mais vinculada à ideia de não agressividade, ao passo que para outras culturas, tal palavara esteja mais voltada para a impulsivdade.

Com relação ao quarto e quinto fatores presentes no instrumento original, a saber: H-VPI e do H-PPC; Juntamente com as demais variáveis foram expostas a Análise de Regressão Logística, que consiste em investigar a relação de variáveis explicativas, métricas e não métricas e uma variável dependente categórica binária, isto é, busca aferir a probabilidade de ocorrência de um evento e identificar as caracterísiticas dos elementos pertecentes a cada grupo determinado pela variável categórica (Corrar, Paulo & Dias Filho, 2007). Obtiveram-se resultados consistentes quanto ao caráter preditivo da aferição de risco de abuso físico em crianças conforme a tabela 1. Com valores estatisticamente significativos (X2=21,861, p= 0.0001), o que sugere confiabilidade ao instrumento, isto é, pode-se considerá-lo adequado na ferição do que se propõe em relação ao constructo e sua dimensionalidade.

O H-VIP tem sua origem em três sub-escalas das versões chinesa da *Revised Conflict Tactics Scale* (CTS2) (Chan, 2004), que são: agressão física, agressão psicológica e lesão, foram usadas para avaliar a experiência de testemunhar (VPI) cometida por seus parceiros. Os oito itens da sub-escala foram avaliados usando uma escala do tipo Sim ou Não. Os itens que compõem a amostra são: "no último ano, você foi emocionalmente agredido (a) por seu (sua) parceiro (a)? Ex: Insultou ou xingou você; gritou com você; foi empurrada para fora da sala, casa ou quintal durante um desentendimento; disse algo para te ofender; chamou você de gordo(a) ou feio(a); destruiu algo que pertence a você; acusou você de ser um (a) parceiro (a) sexual ruim; ameaçou agredi-lo (a) ou jogar algo em você"; "no último ano, você foi fisicamente agredido (a) por seu (sua) parceiro (a)? Ex: Jogou algo em você; torceu seu braço ou puxou seu cabelo; empurrou você; agarrou você; deu-lhe um tapa; usou uma faca ou arma contra você; bateu em você com algo que poderia machucar; tentou sufocá-lo(a); jogou você contra a parede; você foi ao médico devido a uma briga; você precisava ser atendido(a) por um médico devido a uma briga, mas não foi; você teve um osso quebrado devido á uma briga, etç"; "no último ano, seu parceiro(a) o(a) forçou a ter atividades sexuais? Ex: insistência em fazer sexo com você contra o seu desejo (usando ou não a força); ignora seu pedido para usar

preservativo ao fazer sexo; insistência em fazer sexo oral ou anal (usando ou não a força)".

Com relação ao H-PPC, os entrevistados também foram questionados se eles haviam usado punição corporal em seus filhos no ano anterior com o uso de uma sub-escala modificada do *Parent-Child Conflict Tactics Scales* (CTSPC) (Straus et al., 1998). Os itens que compõem a amostra são: "nos últimos 12 meses, qual foi seu comportamento quando seus filhos fizeram algo errado ou te irritaram? Ex.: Deu-lhe uma palmada na nádega utilizando algo como um cinto, escova de cabelo, uma vara ou algum outro objeto duro; Deu-lhe um tapa na mão, braço ou perna; Beliscou-o(a); Sacudiu ele/ela".

A literatura tem reforçado a importância do uso de instrumentos na detecção de violência contra crianças no âmbito familiar (Krug et. al, 2002; Pinheiro, 2006). No Brasil, embora alguns serviços de saúde já utilizem instrumentos de aferição para identificar a violência familiar contra a criança, este acesso ainda é muito limitado (Vital, 2010). Contudo, vale ressaltar o quanto é presente o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes. O lar visto normalmente como lugar de proteção, segurança e afeto, passa a ser local de agressão (Ferreira, Cortês & Gontijo, 2019). Contudo, nota-se que 35% dos participantes deste estudo relataram ter praticado algum tipo de punição fisica contra seus filhos nos últimos 12 meses. Prevalência que aponta para semelhança com outros estudos realizados no Brasil indica que 44,1% dos participantes relataram terem sofrido algum tipo de abuso físico na infância (Zanoti-Jeronymo et al, 2009). Porém, se comparado a ìndices internacionais, a Prevalência encontrada é muito superior a americana, revelada no estudo de Briere & Elliott (2003), em que a Prevalência foi de 21% de relatos de indivíduos que sofreram algum tipo de abuso físico. Estudo realizado em Goiás, com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), revelou que as notificações de violência fisica contra crianças foram de 30,3% (Guerra et.al, 2019). Contudo, este dado mostra que o uso da violência física como forma de castigo em lares brasileiros, ainda é uma prática muito presente e culturalmente tolerada, principalmente como forma de melhorar a educação de seus filhos (Donoso & Ricas, 2009). Cabe ressaltar, que temos em vigor uma lei que proíbe o uso dos castigos físicos em crianças e adolescentes no Brasil, Lei Menino Bernardo (lei 13.010/2014), mais conhecida como "lei da palmada". Outro dado importante trazido por este estudo é a Prevalência elevada de violência sofrida por parceiro Intimo, que foi de 24,3%. Percentual semelhante ao encontrado em outros estudos nacionais, e que corrobora com a literatura científica, pertinente ao tema. Barros et. al (2015) em seu estudo realizado com mulheres, encontrou uma Prevalência de 33,3% para VPI. Nas Américas, a Prevalência de VPI chega a 36% (OMS, 2010). Outro estudo relevante realizado pelo VIVAS em 2014, revela uma Prevalência de

VPI de 69,9% para o gênero femenino (Garcia & Silva, 2018). Deste modo, a violência por parceiro íntimo se configura como fator de risco ao abuso físico contra crianças e adolescentes conforme aponta a literatura científica (Chan, 2011; Renner, 2012; Renner & Whitney,(2012); Finkelhor, 2009, 2015).

Por fim, os resultados da análise de regressão logística mostraram como fatores associados à VPI possui chance aumentada em mais de duas vezes para abuso físico (OR 2.09); e os fatores Controle de Raiva (OR 0,95) e Aprovação da Violência (OR 0,99) com chances semelhantes, portanto, considerados preditores de perpetração de violência. É importante entendermos que manejar a raiva (agressividade) numa perspectiva behaviorista, trata-se de um repertório aprendido ao longo da historia de cada indivíduo e que esta habilidade é desenvolvida por meio das que envolvem as estratégias de sobrevivência e reforço do ambiente (Skinner, 1969). Neste sentido, a agressão geralmente é produzida através da aprendizagem reflexa, ou seja, ambientes que antes neutros, podem se tornar aversivos pelo nivelamento de estímulos e em contrapartida eliciar reações emocionais que contribuam na emissão do comportamento agressivo (Gomide, 1996). É sabido, que a agressividade em humanos, pode ser determinada a partir de vários fatores (biológicos e ambientais) e também sofre influência hormonal e dos neurotransmissores (Almeida, Cabral & Narvaes, 2015). Além disso, sabe-se que as experiências afetivas consideradas negativas (raiva e medo) afetam exponencialmente as manifestações de agresividade e reações violentas nos humanos (Cabral, Tavares, & Almeida, 2016). Com relação à tolerância à Violência, o resultado deste estudo, corrobora com a literatura científica que vem demonstrando que este fenômeno é muito frequente, principalmente quando envolve a desigualdade de gênero, por exemplo. Deste modo, a tolerãncia de comportamenteos violentos em geral, experiências pessoais de violência, enfraquecimento de comportamentos pró-sociais (uso abusivo de álcool) e desigualdades sociais são preditores de violência (OUR WATCH, 2016).

7. CONCLUSÃO

O presente estudo contribuiu com a proposição de realizar a adaptação transcultural e a obtenção de evidências de validade do instrumento. Sendo assim, os fatores da versão adaptada da CARAS permitem identificar a probabilidade de ocorrência de abuso físico infantil. Nesse sentido, pode contribuir com o conhecimento sobre os fatores que ajudam a desencadear a violência fisica contra crianças e adolescentes. Os resultados do presente estudo sugerem a viabilidade do emprego do instrumento ao contexto brasileiro. Aponta-se que estudos dessa natureza podem contribuir para a compreensão e a análise do engajamento parental de forma geral. Faz-se necessário destacar os índices com evidências razoáveis, gerando, assim, a necessidade de avaliação e investigação de lacunas entre as evidências propostas e adotadas por este estudo. Para tanto, sugerem-se investigações futuras que busquem aprimorar a compreensão das dimensões aferidas pela CARAS, o que pode ser indicado como uma limitação do estudo.

Dessa forma, indica-se ampliar o conhecimento a respeito dos fatores e também, da amostra. Contudo, é importante destacar que este é o primeiro estudo de adaptação e validação da CARAS no Brasil, portanto se faz necessário aprofundamentos e novos estudos. Os resultados são preliminares e referem-se a Analise Fatorial Exploratória, visando alcançar evidências de validade quanto a sua estrutura interna e se esta se mostrava condizente com os aspectos preponderantes à cultura do Brasil. Deste modo, a análise fatorial é apenas uma possibilidade de verificação de validade de constructo, portanto, a necessidade de estudos que abordem outras perspectivas metodológicas seria adequada. Evidências de validade concorrente, por exemplo, com a utilização de grupos clínicos, traria uma maior robustez às análises, bem como a ampliação do tamanho da amostra em que seria possível a utilização de análise cruzada, como ocorreu no estudo original.

Todavia, é importante destacar que o CARAS pode alcançar bons resultados em relação a outros instrumentos usados para medir o risco de abuso infantil, devido ao fato de não possuir em sua concepção, itens que investiguem a existência de situações de abuso infantil atual ou vivenciados anteriormente, fato que poderia sugestionar o respondente a omitir a verdade (Chan, 2012). Por se tratar de uma escala de autorrelato, em que os respondentes teriam que assumir comportamentos socialmente condenáveis, talvez o fato de a coleta ter sido realizada on-line, tenha minimizado o impacto da desejabilidade social frente às questõs mais sensíveis. Por fim, o objetivo de averiguar as evidências psicométricas da CARAS, mostrou-se satisfatório. Evidenciado por meio da AFE com cargas fatoriais

condizentes ao contexto cultural brasileiro e ponderado pela literatura científica. No entanto, outros estudos deverão ser implementados para garantir uma amostra estratificada por gênero e nível educacional, bem como a promoção de possibilidade de novas análises.

8. REFERÊNCIAS

Algeri, S, & Souza, L.M. (2006). Violência contra crianças e adolescentes: um desafio no cotidiano da equipe de enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, vol. 14, núm. 4, julio-agosto, 2006 Universidade de São Paulo.São Paulo,Sp. http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281421863023

Almeida, R.M.M., Cabral, J.C.C., & Narvaes, R. (2015). Behavioural, hormonal and neuro-biological mechanisms of aggressive behaviour in human and nonhuman primates. *Physiology & Behavior*, 143, 121-135. Doi: https://doi.org/10.1016/j.physbeh.2015.02.053

Andrade, C. S. S., Costa, M.C.O., Silva, M.L.C.A., & Barreto, C.S.A. Notificação da violência física e sexual de crianças e adolescentes: o papel do sistema de vigilância de violências e acidentes/viva. *Rev. Saúde Col*. UEFS, Feira de Santana, Vol. 8: 46-53, 2018. DOI: 10.13102/rscdauefs.v8.2974.

Assis, S. (1994). Crianças e adolescentes violentados: passado, presente e perspectivas para o futuro. *Cad. saúde pública*, 10(1) ed. Rio de Janeiro, pp.126-134.

Asún, R.A., Rdz-Navarro, K., & Alvarado, J. M. (2015). Developing multidimensional likert scales using item factor analysis: The case of four-point items. *Sociological Methods & Research*, 0049124114566716–. doi:10.1177/0049124114566716

Azevedo, M.A. & Guerra, V.N.A. (2001) Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Iglu, 2001.

Azevedo, M.C. & Maia, Â. da C. (2006). *Maus-Tratos à criança*. Lisboa: Climepsi Editores.

Barros, E.N. de. Silva, M.A. Falbo Neto, G.H., Lucena, S. G. Ponzo, L. & Pimentel, A.P. (2015) Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres de uma comunidade em recife/Pernambuco, Brasil. *Revista Ciência & Saúde* Coletiva, 21(2):591-598, 2016 . DOI: 10.1590/1413-81232015212.10672015

Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental-ecological analysis. *American Psychological Association, 114*(3), 413-434.

Bergamo, L.P.D. (2011). Trajetoria dos Maus-tratos *infantis: Um estudo na perspectiva da Psicopatologia do Desenvolvimento. Tese* de Doutorado não publicada, Universidade São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

Baird, C. Wagner, D., Healy, T., & Johnson, K. (1999). Risk assessment in child protective services: Consensus and actuarial model reliability. *Child Welfare Journal*, 78(6), 723-748.

Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: algumas considerações. Paidéia (Ribeirão Preto), 22(53), 423-432. https://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014

Brasil, *Estatuto da Criança e Adolescente*- ECA (1990). Lei 8069, de 13 de julho de 1990.

Brasil, Ministério dos Direitos Humanos (2018). Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas. Brasília: Ministério dos Direitos.

Briere, J. & Elliott, D.M. (2003). Prevalência e sequelas psicológicas de abuso físico e sexual na infância autorreferido em uma amostra da população geral de homens e mulheres. *Child Abuse & Neglect, 27* (10), 1205–1222.

Brown, T. A. (2006). *Confirmatory factor analysis for applied research.* The Guilford Press.

Bonfin,C.B, Santos, D.N, Menezes, I.G., Barreto, M.L, Reichenheim, M.E.,(2011). Um estudo sobre a validade de construto da Parent-Child Conflict Tactics Scale (CTSPC). *Revista de Saúde Pública,* 27(11), 2215-2226.

Bronfenbrenner, U. (1996). *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados*. Porto Alegre, Artes Médicas.

Cabral, J.C.C., Tavares, P.S., & Almeida, R.M.M. (2016). Reciprocal effects between dominance and anger: A systematic review. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, 71, 761-771. Doi: https://doi.org/10.1016/j.neubiorev.2016.10.021

Cicchetti, D., & Lynch, M. (1993). Toward an ecological/transactional model of community violence and child maltreatment: Consequences for children's development. *Psychiatry, 56*, 96-118.

Chan, K. L. (2004). Correlates of wife assault in Hong Kong Chinese families. *Violence and Victims*, 19(2), 189-201. doi: 10.1891/vivi.19.2.189.64104

Chan, K. L. Co-Occurrence of Intimate Partner Violence and Child Abuse in Hong Kong Chinese Families. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 26, n. 7, p. 1322–1342, 2011.

Chan, K. L. (2012). Evaluating the Risk of Child Abuse (CARAS). *Journal of Interpersonal Violence.* 27(5) 951–973. DOI: 10.1177/0886260511423252. http://jiv.sagepub.com

CFP - Conselho Federal de Psicologia. (2003). Resolução nº 2/2003. Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP n° 25/2001. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/ 2003/03/resolucao2003_02_Anexo.pdf.

Corrar, L.J., Paulo, E., & Dias Filho, J.M. Análise multivariada. São Paulo: Atlas, 2007.

Costa, A.R.L. (2020). O Controle de desejabilidade Social via diferentes Formatos de Resposta: Avaliação da Tríade Sombria. Tese de Doutorado.Universidade São Francisco, Campinas, S.P., Brasil. Recuperado de https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/427/1928093960990568.pdf

Damásio, B.F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica*, *11*(2), 213-228. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v11n2/v11n2a07.pdf

Dalbosco, C.A. Educação *Natural em Rousseau: das necessidades da criança e dos cuidados do adulto*. São Paulo: Cortez, 2011.

Duque, C. (2008). Maus-tratos: que intervenção? - A abordagem da Psicologia Legal. [Online]. Disponível em www.scribd.com/doc/3100666/MAUS-TRATOS-Que intervencao-A-Abordagem-da-Psicologia-Legal- [Consultado em 26.08.2020].

Donoso, M.T.V, & Ricas, J**.** (2009) Perspectiva dos pais sobre educação e castigo físico. *Rev. Saúde Pública* vol. 43 no. 1 São Paulo. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102009000100010

Edenborough, R. (1998) Using Psychometrics: *A Pratical Guide to Testing and Assessment.* Londres: Kogan Page.

Ferrando, P.J., & Lorenzo-Seva, U. (2017). Program FACTOR at 10: origins, development and future directions. Psicothema, 29(2), 236-241. doi: 10.7334/psicothema2016.304

Ferreira, P.L. & Marques, F.B. (1998) *Avaliação Psicométrica e Adaptação Cultural e Linguística de Instrumentos de Medição em Saúde: Princípios Metodológicos Gerais*. Faculdade de Economia. Coimbra: Centro de Estudos e Investigação em Saúde.

Ferreira, C.L.S., Cortês, M.C.J.W., & Gontijo, E.D. (2019). Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 3997-4008. https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.04352018

Finkelhor D., Turner, H.A, Shattuck, A. & Hamby, S.L. (2015). Prevalência de exposição infantil à violência, crime e abuso. Resultados da Pesquisa Nacional de Exposição de Crianças à Violência: Centro de Pesquisa sobre Crimes Contra Crianças, Universidade de New Hampshire; *JAMA Pediatr*. 2015; 169 (8): 746-754. doi: 10.1001 / jamapediatrics.2015.0676

Finkelhor, D. Violence, Abuse, and Crime Exposure in a National Sample of Children and Youth. *Pediatrics, v.* 124, n. 5, p. 1411-1423, 2009. DOI: https://doi.org/10.1542/peds.2009-0467

Garbarino, J., Dubrow, N., Kostelny, K., & Pardo, C. (1992). Crianças em perigo. São Francisco : Jossey-Bass.

Gallo, A.E., & Williams, L.C.A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: teoria e prática*, 7(1), 81-95. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872005000100007&lng=pt&tlng=pt.

Gallardo, J. A. (1994). *Maus-tratos à criança*. Porto: Porto Editora.

Garcia, L.P, & Silva, G.D.M. (2018) Violência por parceiro íntimo: perfil dos atendimentos em serviços de urgência e emergência nas capitais dos estados brasileiros, 2014. *Cad. Saúde Pública*; 34(4):e00062317. doi: 10.1590/0102-311X00062317

Gomide, P.I.C. (1996). *Agressão Humana*. Torre de Babel: Reflexões e Pesquisa em Psicologia, 3, 71-87

Guerra, H.S., Borges, K.N.G., Maranhão, M.G.M., Inocencio, M.D., Lucena, M.M., Paula, M.B. & Oliveira, R.S. (2019). Epidemiologia da violência contra a criança no Estado de Goiás. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, (34), e1420. https://doi.org/10.25248/reas.e1420.2019

Habigzang, L.F., Koller, S.H., Azevedo, G.A., & Machado, P.X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348. https://doi.org/10.1590/S0102-37722005000300011

Habigzang, L. F., & Caminha, R. M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

Hambleton, R. K. (2005). Issues, designs, and technical guidelines for adapting tests into multiple languages and cultures. In R. K. Hambleton, P. F. Merenda, & C. D. Spielberger (Eds.), *Adapting educational and psychological tests for cross-cultural assessment* (pp.3-38). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; fórum brasileiro de segurança pública (org.). *Atlas da violência 2019*. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019.

ITC - International Test Commission. (2017). The ITC Guidelines for Translating and Adapting Testes (Second edition). https://www.intestcom.org/. Translation authorized by Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP).

Krug E.G. et. al (2002), eds. *World report on violence and health*. Geneva, World Health Organization, 2002

Lara, S.A.D. (2014). ¿Matrices Policóricas/Tetracóricas o Matrices Pearson? Un estudio metodológico. *Revista Argentina de Ciencias del Comportamiento, 6*(1), 39-48.

Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P.J. (2019). *Robust Promin*: a method for diagonally weighted factor rotation. Technical report, URV. Tarragona, Spain

Magalhães, T. (2010). *Abuso de Crianças e Jovens* – Da suspeita ao diagnóstico. Porto: Lidel.

Lynch, M. & Cicchetti, D. (1998). Uma análise ecológico-transacional de crianças e contextos: a interação longitudinal entre maus-tratos infantis, violência comunitária e sintomatologia infantil. *Development and Psychopathology, 10* (2), 235-257. doi: 10.1017 / S095457949800159X

Minayo, M.C.S. (1994) Social Violence from a Public Health Perspective. *Cad. Saúde Públ*., Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 07-18, 1994

Minayo, M.C.S. (2001). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. 19 ed. Petrópolis: Vozes.

Minayo, M.C.S. & Souza, E. R. (1998): Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva'. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, IV(3): 513-531 nov. 1997-fev. 1998.

Minayo, M.C.S., & Souza, E.R. (1999). É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva,* 4(1), 7-32.

Minayo, M.C.S., Souza, E. R., Silva, M.M.A. & Assis, S.G. (2018) Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios. *Ciências & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 2007-2016, 2018. https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04962018

Misse, M. (2016). Violência e Teoria Social. *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* –Vol.9–no1–JAN-ABR 2016–pp. 45-63.

Moreschi, M T. Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas. Brasília: *Ministério dos Direitos Humanos*, 2018, 494 p. 18(1), 163-176.

Nakaya N. Mother's attributions regarding children's behavior and maltreatment. Shinrigaku Kenkyu, v. 87, n. 1, p. 40-49, 2016.

OMS & ISPCAN (2006). *Preventing Child Maltreatment: A guide to taking action and generating evidence.* World Health Organization and International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect. Suiça: WHO Press.

ONU, Organização das Nações Unidas (2006). *Informe del experto independiente para el estudio de la violência contra los niños, de las Naciones Unidas.* Relatório apresentado na Assembléia Geral em 29 de agosto de 2006. Obtido em http://www.unicef.org/violencestudy/spanish/reports/SG_violencestudy_sp.pdf

ONU - Organização das Nações Unidas (2020). *Informe do jornal da ONU: Novos dados da Violencia contra Crianças. Disponivel em:* https://news.un.org/pt/story/2020/01/1700572

OUR WATCH.(2016) Our Watch awards for exemplary reporting to end violence against women. 2016. Disponível em: www.walkleys.com/awards/our-watch-awards/

Padilha, M.G.S., & Williams, L.C.A. (2005). Considerações sobre estilos parentais de pais que cometem abuso físico, psicológico ou sexual contra seus filhos. Em M.Z.S. Brandão, F.C.S. Conte, F.S. Brandão, Y.K. Ingberman, V.L. M. Silva & S.M. Oliani. *Sobre comportamento e cognição: Estendendo a psicologia comportamental e cognitiva aos contextos da saúde, das organizações, das relações pais e filhos e das escolas,* v. 14, (pp.286-291). Santo André: ESETec.

Pasquali, L. (2003). *Psicometria: Teoria dos testes na Psicologia e Educação.* São Paulo: Editora Vozes.

Pinheiro, P.S. (2006). Violência contra crianças: um relatório global Ciênc. saúde coletiva vol.11 no.2 Rio de Janeiro abr./jun. 2006 http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232006000200022

Platt, V. B.; Back, I. C.; Hauschild, D. B.; Guedert, J. M. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. *Rev. Ciênc. saúde coletiva*, v. 23, n. 4, p. 1019-1031, 2018.

Renner, L.M. (2012). Tipos Únicos de Vitimização da Violência Familiar e Comportamentos Externalizador entre Crianças e Adolescentes. *J Fam Viol* 27, 177-186 https://doi.org/10.1007/s10896-012-9421-9

Renner, L.M. & Whitney S.D. (2012). Risk factors for unidirectional and bidirectional intimate partner violence among young adults. Child Abuse & Neglect,v. 36, p. 40–52, 2012. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2011.07.007

Rios, K.S.A., & Williams, L.C.A. (2008). Intervenção com Famílias como Estratégia de Prevenção de Problemas de Comportamento em Crianças: Uma Revisão. *Psicologia em Estudo,13*(4), 799-806.

Sanchez, R.N. O enfrentamento da violência no campo dos direitos de crianças e adolescentes. In: *Pacto pela paz: uma construção possível*. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2003. p. 39-46.

Sanchez, R.N., & Minayo, M.C.S. (2004). Violência contra crianças e adolescentes: Questão histórica, social e de saúde. Em: Brasil, Ministério da Saúde. *Violência faz mal à saúde* (pp. 29- 38). Brasil: Ministério da Saúde.

SBP, Sociedade Brasileira de Pediatria (2019). Casos de Violência Física ou Psicológica em crianças e Adolescentes no Brasil. Porto Alegre: SBP, 2019. https://www.sbp.com.br/imprensa

Schek, G., Silva, M.R.S. da, Lacharité, C., & Bueno, M.E.N. (2016). Professionals and interfamily violence against children and adolescents: in between legal and conceptual precepts. Revista da Escola de Enfermagem da USP, 50(5), 779-784. https://doi.org/10.1590/s0080-623420160000600010

Shlonsky, A., & Wagner, D. (2005). The next step: Integrating actuarial risk assessment and clinical judgment into an evidence-based practice framework in CPS case management. Children and Youth Services *Review*, 27(4), 409-427. http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2004.11.007

Skinner, B.F. (1969). O papel do meio ambiente. 2017, do site http://www.itcrcampinas.com/bfskinner.

Straus, M.A., Hamby, S.H., Finkelhor, D., Moore, D.W. & Runyan, D., (1998). Identification of child maltreatment with parent-child conflict tactics scales: Development and psychometric data for a national sample of American parents. *Child Abuse & Neglect*, 22:249-270

Timmerman, M. E., & Lorenzo-Seva, U. (2011). Dimensionality Assessment of Ordered Polytomous Items with Parallel Analysis. Psychological Methods, 16, 209-220. doi:10.1037/a0023353.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância (2017). A Familiar Face: Violence in the lives of children and adolescents, UNICEF, New York, 2017.

Urbina, S. (2007). Fundamentos da testagem psicológica. Porto Alegre: Artmed

Vital, J.F. (2010). Avaliação dimensional da versão em português da Conflict Tactics Scales Parent-Child: um instrumento de aferiçãode violência contra crianças e adolescentes. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Zanoti-Jeronymo, D.V., Zaleski M., Pinsky I., Caetano R., Figlie N.B., & Laranjeira R. (2009). Prevalência de abuso físico na infância e exposição à violência parental em uma amostra brasileira. *Cad Saúde Pública*, 2009; 25(11):2467-2479. https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.04352018

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Ednomar Calisto Lauriano, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Cristina Antunes, da Universidade Tuiuti do Paraná, estou convidando você para participar do estudo intitulado "Adaptação e validação transcultural do instrumento CARAS: Child Abuse Risk Assessment Scale."

Este estudo é importante para colaborar com a elaboração de programas de intervenções que visem prevenir que crianças e adolescentes sejam vítimas de maus tratos. O objetivo desta pesquisa é realizar adaptação, para a realidade brasileira, desse questionário que avalia o risco de abuso físico em crianças. Caso você participe da pesquisa, será necessário que você responda aos questionários que avaliam situações de risco para abuso físico de crianças (CARAS, IPARAN e ou CAP) e algumas perguntas sobre você. O tempo de duração total previsto para a coleta de dados será de aproximadamente 50 min.

Poderá ocorrer algum desconforto, lembranças desagradáveis ou constrangimento quando você estiver respondendo os questionários. Caso isto aconteça, você poderá ser atendida (o) gratuitamente pelo pesquisador, seja pessoalmente e caso você seja de outra cidade por recurso do aplicativo Skype.

Você pode solicitar o canal para esse atendimento pelos contatos do pesquisador responsável por este estudo, Ednomar Calisto Lauriano, pelo telefone 41- 99970-3687 ou no e-mail ednomar@gmail.com. Além disso, nesses contatos também poderão ser esclarecidas eventuais dúvidas que você possa ter e quaisquer informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado eletronicamente.

Apenas o pesquisador e orientadora do projeto terão acesso às informações do estudo, mas será mantido o sigilo de seus dados pessoais. Qualquer informação que for divulgada em trabalhos científicos no formato de artigos, relatórios ou livros, será feito com os dados gerais do estudo, mantendo a confidencialidade da sua identidade.

O material obtido através dos instrumentos será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído ao término do estudo, dentro de 5 anos.

As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você poderá contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Tuiuti do Paraná, pelo telefone (041) 3331-7668. Rua: Sidnei A. Rangel Santos, 238 Sala 328 Bloco C. Horário de atendimento das 13:30 às 17:30. Email: comitedeetica@utp.br

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo.

Caro (a) colaborador(a):

Sua participação é muito importante neste estudo. Seja bem vindo! Nesse projeto vamos avaliar uma proposta de trabalho que ajudará outras pessoas a identificar se uma criança está em risco de abuso físico e com isso propor programas de prevenção em abuso físico em crianças.

Lembre-se: as suas respostas serão mantidas como estritamente confidenciais. Haverá somente um número no questionário que o identificará, mas apenas o pesquisador, Ednomar Calisto Lauriano e a orientadora desta pesquisa, Maria Cristina Antunes, terão acesso. Como psicólogos e pesquisadores, a lei nos permite guardar segredo mesmo sob requisição da justiça.

Portanto, não haverá nenhum nome grudado ao seu questionário, apenas um número que o identificará. Os dados obtidos, com a sua colaboração, serão usados apenas em porcentagens,
números e comentários gerais.

A sua honestidade e sinceridade nas respostas é muito, muito importante! A nós não interessa julgar, dar qualquer opinião sobre o que as pessoas fazem ou deixam de fazer.

Lembre-se: não se preocupe em dar a resposta socialmente correta. Procure responder sempre o que de fato você faz ou como faz, e não o que você acha certo fazer, deveria fazer ou gostaria de fazer. Seja verdadeiro, ok?

Muito Obrigado!

1. Sua idade: _____

2. Local de nascimento: _____/_____(Cidade/Estado)

3. Bairro onde mora: _____

4. Quantos filhos você tem? _____

5. Qual seu estado civil?

   1.□ Solteira **2.**□ Casada **3.**□ Vive junto **4.**□ Divorciada **5.**□ Viúvo(a)

6. Você mora em:

   1.□ casa própria **2.**□ casa alugada **3.**□ casa emprestada

7. Neste momento de quarentena, você está em distanciamento social?

   ( ) Sim ( ) Não

8. Neste momento de quarentena, as pessoas que moraram com você estão em distanciamento social?

   ( ) Sim ( ) Não

9. Quantas pessoas moram na sua casa contando com você? _____

10. Quantas peças tem sua casa? _____

11. Você se considera:

    1.□ Branca **2.**□ Negra **3.**□ Amarela **4.**□ Parda **5.**□ Indígena

12. Qual a sua religião?

    1.□ Católica **2.**□ Evangélico **3.**□ Espírita **4.**□ Umbandista/Candomblé

    5.□ Não tenho religião **6.**□ Outra: _____

13. Qual importância dá aos cultos aos cultos religiosos?

    1.□ muito importante
    2.□ importante
    3.□ sem muita importância.
    4.□ nada importante

14. Você trabalha atualmente? **1.**□ Sim **2.**□ Não

15. Qual a sua profissão? _____

16. Qual seu salário atual? _____

17. Alguém mais trabalha na sua casa? **1.**□ Sim **2.**□ Não

18. Somando todos os salários da sua casa, quanto dá o total? _____

19. Orçamento Familiar

Seguem abaixo algumas perguntas sobre itens eletroeletrônicos que DEVEM estar funcionando na sua casa, incluindo aqueles que estão guardados. Caso você tenha alguns aparelhos estragados, MAS que você pretende consertar em até seis (6) meses você pode marcar que tem este aparelho.
Na sua casa tem? Responda abaixo:

		Quantidade que possui			
Itens de conforto	**Não Possui**	**1**	**2**	**3**	**4**
1. Carros de passeio de uso particular					
2. Empregados (as) mensalistas (mais de 5 dias na semana)					
3. Máquinas de lavar roupa (menos tanquinho)					
4. Quantidade de banheiros na sua casa					
5. Dvd, qualquer aparelho que leia dvd (no carro não conta)					
6. Quantidade de geladeiras na sua casa					
7. Quantidade de *freezers* ou geladeiras duplex					
8. Quantidade de computadores considerando somente computadores de de mesa, laptops, notebooks.					
9. Quantidade de lava louças					
10. Quantidade de fornos de micro-ondas					
11. Quantidade de motociclcetas (moto para trabalho não conta)					
12. Quantidade de máquinas secadora de roupas (só a que seca roupas)					

13. A água utilizada na sua casa é proveniente de?	
1 ( )	Rede de distribuição
2 ( )	Poço ou nascente
3 ( )	Outro meio

14. Considerando o trecho da rua da sua casa, você diria que a rua é?	
1 ( )	Asfaltada/pavimentada
2 ( )	Terra/cascalho

20. Considere o (a) chefe (a) da família aquele (a) que constribui com a maior parte da renda na sua casa. Na sua casa quem é o chefe(a) da família?
Resposta: _____

21. Qual é o grau de instrução do(a) chefe (a) da família?.
1. ( ) Analfafeto/fundamental 1 incompleto
2. ( ) Fundamental I completo/ Fundamental II incompleto
3. ( ) Fundamental Completo/Médio Incompleto
4. ( ) Médio completo/superior incompleto
5. ( ) Superior Completo

Inventário CAP[1]

Joel Milner

INSTRUÇÕES: O questionário seguinte inclui uma série de afirmações que podem ser aplicadas à você. Depois de ser lida cada uma das afirmações, decida se você **CONCORDA** ou **DISCORDA** da afirmação. Se você concordar com a afirmação, diga **CONCORDO**. Se você discorda da afirmação, diga **DISCORDO**. Seja honesto quando der suas respostas. Lembre-se de prestar bastante atenção em cada afirmação porque é muito importante responder a todas as afirmações.

		Concordo	Discordo
1.	Nunca sinto pena dos outros	C	D
2.	Gosto de ter animais domésticos	C	D
3.	Sempre fui saudável e forte	C	D
4.	Gosto da maior parte das pessoas	C	D
5.	Sou uma pessoa confusa	C	D
6.	Não confio na maioria das pessoas	C	D
7.	As pessoas esperam muito de mim	C	D
8.	As crianças nunca deveriam se comportar mal	C	D
9.	Fico frequentemente atrapalhado (a)	C	D
10.	A gente pode bater numa criança desde que não fiquem marcas fortes	C	D

		Concordo	Discordo
11.	Sempre procuro ver o que está acontecendo com meu filho quando ele(a) está chorando	C	D
12.	Às vezes faço coisas sem pensar	C	D
13.	Não se pode depender dos outros	C	D
14.	Sou uma pessoa feliz	C	D
15.	Gosto de fazer coisas com minha família	C	D
16.	As meninas adolescentes precisam ser protegidas	C	D
17.	Sinto raiva com freqüência	C	D
18.	Às vezes me sinto completamente sozinho(a) no mundo	C	D
19.	Todas as coisas numa casa deveriam estar sempre no lugar	C	D
20.	Às vezes me preocupo por achar que não consigo satisfazer as necessidades do meu filho	C	D
21.	As facas são perigosas para as crianças	C	D
22.	Freqüentemente me sinto rejeitado (a)	C	D
23.	Freqüentemente me sinto sozinho (a)	C	D
24.	Os meninos nunca deveriam aprender brincadeiras de menina	C	D
25.	Freqüentemente me sinto muito frustrado (a)	C	D
26.	As crianças nunca deveriam desobedecer	C	D
27.	Gosto de toda criança	C	D
28.	Às vezes tenho medo de perder o controle	C	D
29.	Às vezes eu queria que meu pai tivesse me amado mais	C	D
30.	Tenho um filho(a) que é desajeitado	C	D
31.	Sei qual é a maneira certa e errada de agir	C	D
32.	Quando estou em casa gosto de manter as cortinas e janelas fechadas	C	D
33.	O nascimento de um filho geralmente provoca problemas no casamento	C	D
34.	Sempre sou uma pessoa boa	C	D
35.	Nunca me preocupo com minha saúde	C	D

[1] Milner, J.S.(1986). *The Child Abuse Potential Inventory.* Manual (2a. Ediçào). Debalb, IL : Psytec. Traduçao do Invenário CAP (*Child Abuse Potential Inventory)* mediante autorização do autor . Somente para uso interno.

36. Às vezes me preocupo em não ter o suficiente para comer	C	D
37. Nunca quis magoar ninguém	C	D
38. Sou uma pessoa sem sorte	C	D
39. Geralmente sou uma pessoa quieta	C	D
40.As crianças são umas pestes	C	D
41. As coisas geralmente não têm dado certo na minha vida	C	D
42. Pegar um bebê toda vez que ele chora o deixa mimado	C	D
43. Às vezes sou muito quieto(a)	C	D
44. Às vezes eu perco a cabeça	C	D
45. Tenho um filho(a) que é mau	C	D
46. Às vezes penso primeiro em mim	C	D
47. Às vezes sinto que não tenho valor.....	C	D
48. Meus pais não se preocupavam comigo de verdade	C	D
49. Às vezes fico muito triste	C	D
50. As crianças são na verdade pequenos adultos	C	D
51. Tenho um filho(a) que quebra as coisas	C	D
52. Freqüentemente me sinto preocupado (a)	C	D
53. Não há problemas em deixar a criança com fralda suja por um tempo	C	D
54. Uma criança nunca deveria ser respondona	C	D
55. Às vezes meu comportamento é infantil	C	D
56. Eu fico facilmente nervoso(a)	C	D
57. Às vezes tenho maus pensamentos	C	D
58. As pessoas precisam pensar primeiro em si mesmas	C	D
59. Uma criança chorona nunca será feliz	C	D
60. Nunca odiei outra pessoa	C	D

	Concordo	**Discordo**
61. As crianças não deveriam aprender a nadar	C	D
62. Sempre faço o que está certo	C	D
63. Fico preocupado(a) freqüentemente	C	D
64. Tenho um filho(a) que fica doente com freqüência	C	D
65. Às vezes não gosto da minha forma de agir	C	D
66. Às vezes não cumpro todas as minhas promessas	C	D
67. As pessoas me causaram muita dor	C	D
68. As crianças deveriam ficar limpas	C	D
69. Tenho um filho(a) que se mete muito em encrencas	C	D
70. Nunca fico bravo(a) com os outros	C	D
71. Eu sempre me relaciono bem com os outros	C	D
72. Eu penso com freqüência no que tenho que fazer	C	D
73. Tenho dificuldade em relaxar	C	D
74. Hoje em dia a gente não sabe realmente com quem pode contar	C	D
75. Minha vida é feliz	C	D
76. Tenho uma deficiência física	C	D
77. As crianças deveriam ter roupa para brincar e roupa para sair	C	D
78. As outras pessoas não entendem como eu me sinto	C	D
79. Uma criança de cinco anos que faz xixi na cama é má	C	D
80. As crianças deveriam ficar quietas e escutar	C	D
81. Tenho vários amigos íntimos na minha vizinhança	C	D
82. A escola é a principal responsável pela educação da criança	C	D

83. Minha família briga muito ..... C D
84. Tenho dores de cabeça ..... C D
85. Sofri maus-tratos quando criança ..... C D

86. Uma surra é o melhor castigo ..... C D
87. Não gosto que as pessoas peguem ou toquem em mim ..... C D
88. As pessoas que pedem ajuda são fracas ..... C D
89. As crianças precisam tomar banho antes de ir para a cama ..... C D
90. Não rio muito ..... C D

91. Tenho vários amigos íntimos ..... C D
92. As pessoas deveriam cuidar das suas próprias necessidades ..... C D
93.Ninguém conhece meus medos ..... C D
94. Minha família tem problemas em se dar bem uns com os outros ..... C D
95. A vida parece ser freqüentemente sem sentido para mim ..... C D

96. Ao fazer um ano de idade, a criança já precisa ter aprendido a usar o peniquinho. ..... C D
97. Uma criança brincando numa poça de lama é uma cena alegre..... C D
98. As pessoas não me entendem ..... C D
99. Sinto freqüentemente que não tenho valor ..... C D
100. Outras pessoas tornaram minha vida infeliz..... C D

101. Eu sou sempre uma pessoa boa ..... C D
102. Às vezes não sei porque eu ajo assim ..... C D
103. Tenho muitos problemas pessoais ..... C D
104. Tenho um filho(a) que se machuca com freqüência ..... C D
105. Eu me sinto freqüentemente nervoso(a) ..... C D

106. As pessoas às vezes se aproveitam de mim ..... C D
107. Minha vida é boa ..... C D
108. Uma casa deveria estar impecavelmente arrumada ..... C D
109. Fico facilmente nervoso(a)com meus problemas..... C D
110. Nunca dou atenção a fofocas ..... C D

	Concordo	**Discordo**
111. Meus pais não me entendiam	C	D
112. Muitas coisas na vida fazem com que eu fique bravo(a)	C	D
113. Meu filho(a) tem problemas especiais	C	D
114. Não gosto da maioria das crianças	C	D
115. Não se deve dar atenção ao que uma criança diz.....	C	D
116. A maioria das crianças é parecida	C	D
117. É importante que as crianças leiam	C	D
118. Fico freqüentemente deprimido(a)	C	D
119. De vez em quando as crianças deveriam ser atenciosas com seus pais	C	D
120. Fico freqüentemente nervoso(a)	C	D
121- As pessoas não se relacionam bem comigo	C	D
122- Uma boa criança mantém seus brinquedos e roupas limpas e organizadas	C	D
123- As crianças sempre deveriam fazer seus pais felizes	C	D
124. É natural que uma criança às vezes seja respondona	C	D
125- Nunca sou injusto com os outros	C	D
126. De vez em quando me agrada não ter que cuidar do meu filho	C	D
127. As crianças deveriam estar sempre limpas	C	D
128. Tenho um filho que é lerdo	C	D
129. Os pais devem castigar para controlar o comportamento de seu filho.....	C	D

130. As crianças nunca deveriam causar problemas .... C D

131. Geralmente castigo meu filho(a) quando ele(a) está chorando .... C D
132. As crianças necessitam de regras muito rigorosas .... C D
133. As crianças nunca deveriam ir contra as ordens de seus pais .... C D
134. Freqüentemente me sinto melhor do que os outros .... C D
135. As crianças às vezes me tiram do sério ..... C D

136. Quando eu era criança frequentemente ficava com medo .... C D
137. As crianças deveriam ser sempre quietas e educadas .... C D
138. Fico freqüentemente nervoso(a) e sem saber porquê .... C D
139. Meu trabalho diário me deixa nervoso(a) .... C D
140. Às vezes tenho medo de que meus filhos não irão gostar de mim .... C D

141. Tenho uma boa vida sexual .... C D
142. Já li revistas ou livros sobre cuidados de crianças .... C D
143. Freqüentemente me sinto muito sozinho (a) .... C D
144. As pessoas não deveriam mostrar sua raiva .... C D
145. Sinto-me sozinho (a) freqüentemente .... C D

146. Às vezes digo palavrões .... C D
147. Neste momento estou profundamente apaixonado (a) .... C D
148. Minha família tem muitos problemas .... C D
149. Nunca faço nada que seja ruim para minha saúde .... C D
150. Sempre estou feliz com o que tenho .... C D

151. As outras pessoas tornaram minha vida difícil .... C D
152. Dou risada quase todos os dias .... C D
153.Às vezes me preocupo, pensando que minhas necessidades não serão atendidas..... ..... C D
154. Sinto medo frequentemente .... C D
155. Às vezes ajo como um palhaço .... C D

156. As pessoas deveriam se ocupar de suas próprias vidas .... C D
157. Nunca levanto a voz quando estou com raiva .... C D
158. Quando era criança meus pais me batiam com força .... C D
159. Às vezes penso primeiro em mim do que nos outros .... C D
160. Eu sempre digo a verdade .... C D

Escala de Avaliação de Risco de Abuso Infantil (CARAS)

1. Você concorda com as seguintes afirmações?	Discordo muito	Discordo	Concordo	Concordo muito
a. Eu posso me acalmar quando estou chateado.	①	②	③	④
b. Não há nada que eu possa fazer para controlar meus sentimentos quando um membro da família me incomoda. (R)	①	②	③	④
c. Eu geralmente posso pressentir quando estou prestes a perder a paciência com a minha família	①	②	③	④
d. Eu sinto o aumento de minha pressão sanguínea quando começo a ficar bravo com minha família (R)	①	②	③	④
e. Quando estou com raiva da minha família, digo o que penso sem pensar nas consequências (R)	①	②	③	④
f. Quando estou zangado com minha família, tento me convencer a me acalmar	①	②	③	④

2. Você concorda com as seguintes afirmações?	Discordo muito	Discordo	Concordo	Concordo muito
a. Encontrar tempo para as refeições é difícil para mim	①	②	③	④
b. Minha moradia não é adequada (por exemplo, muito barulho, problemas de aquecimento, más condições, problemas com vizinhos)	①	②	③	④
c. Meus amigos me pressionam para fazer coisas que eu não quero fazer	①	②	③	④
d. As pessoas no trabalho ou na escola não se dão bem comigo	①	②	③	④
e. Meu parceiro/a muitas vezes me incomoda	①	②	③	④
f. As pessoas geralmente me interrompem quando estou tentando fazer minhas tarefas	①	②	③	④
g. Não tenho dinheiro suficiente para as minhas necessidades diárias	①	②	③	④
h. Não gosto do meu trabalho ou aulas	①	②	③	④

3. Você concorda com as seguintes afirmações?	Discordo muito	Discordo	Concordo	Concordo muito
a. Às vezes é necessário disciplinar uma criança com castigo físico	①	②	③	④
b. Em certas situações eu aprovaria a esposa dar um tapa no rosto do marido	①	②	③	④
c. Em certas situações eu aprovaria o marido dar um tapa no rosto da mulher	①	②	③	④
d. Às vezes é necessário que os pais deem um tapa no adolescente que retruca, ou que está se metendo em confusão	①	②	③	④
e. Quando um menino está crescendo, é importante que ele tenha algumas brigas físicas	①	②	③	④
f. Um menino que é agredido por outro deve	①	②	③	④

	revidar				
g.	Uma mulher que foi estuprada provavelmente compartilhou a responsabilidade	①	②	③	④
h.	A esposa não deve se recusar a ter relações sexuais com o marido	①	②	③	④

4(a) No ano passado, você foi ferido emocionalmente pelo seu parceiro/a? Sim① Não ⓪

Exemplos de mágoa emocional:
• Foi insultado ou recebeu xingamentos
• Gritaram com você
• Foi empurrado para fora da sala, casa ou quintal durante um desentendimento
• Disseram algo para te magoar
• Chamaram você de gordo/a ou feio/a
• Destruíram algo que pertence a você
• Acusaram você de não ser afetuoso/a
• Ameaçaram agredir ou atirar algo em você

4(b) (b) No último ano, você foi ferido fisicamente pelo seu parceiro? Yes① No ⓪

Exemplos de ferimentos físicos:
• Atiraram algo em você
• Torceram o braço ou puxaram o cabelo
• Empurraram levemente ou com força
• Agarraram você
• Deram um tapa em você
• Usaram uma faca ou arma em você
• Perfuraram ou bateram em você com algo que poderia machucar
• Foi sufocado/a
• Empurraram você com força contra uma parede
•Te espancaram
• Queimaram ou jogaram água fervente de propósito
• Chutaram você
• Você teve um entorse, contusão, pequeno corte ou dor física devido à uma briga
• Você desmaiou por ter sido atingido/a na cabeça em uma briga
• Você teve que ir ao médico por causa de uma briga
• Você deveria ter ido ao médico por causa de uma briga, mas não foi
• Você teve um osso quebrado devido a uma briga

4(c) No último ano, seu parceiro/a o forçou a ter atividades sexuais? Sim① Não ⓪

Exemplos de atividades sexuais forçadas:
• Insistência em fazer sexo com você contra o seu desejo (com ou não o uso de força)
• Recusa ao seu pedido para usar preservativo quando fazem sexo
• Insistência em fazer sexo oral ou anal (com ou não o uso de força)

5. Nos últimos 12 meses, qual foi o seu comportamento quando seus filhos fizeram algo errado ou te irritaram?

		Não	Sim
a.	Palmadas nas nádegas	⓪	①

b.	Batida nas nádegas com cinta, escova, bastão ou algum outro objeto rígido	0	1
c.	Tapa na mão, braço ou perna	0	1
d.	Beliscão	0	1
e.	Sacudida nos ombros	0	1

CARAS REVISADO APOS JUÍZES.

Escala de Avaliação de Risco de Abuso Infantil (CARAS)

Você está sendo convidado a responder a um questionário que avalia o risco de cometer alguma forma de violência com uma criança. As questões envolvem aspectos de como você interpreta o mundo, de como está seu ambiente doméstico e do trabalho e de como tem sido seu passado recente. Para cada questão existem alternativas e você deve assinalar a que mais combina como você está se sentindo, normalmente é a primeira ideia que passa na cabeça.

1. Você concorda com as seguintes afirmações?	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a. Consigo me acalmar quando fico chateado.	①	②	③	④
b. Não há nada que eu possa fazer para controlar meus sentimentos quando um membro da minha família me incomoda.(R)	①	②	③	④
c. Geralmente consigo perceber quando estou prestes a perder a paciência com a minha família	①	②	③	④
d. Sinto meu sangue ferver quando eu começo a ficar brabo com minha família. (R)	①	②	③	④
e. Quando estou com raiva da minha família, digo o que penso sem pensar nas consequências. (R)	①	②	③	④
f. Quando sinto raiva da minha família, tento conversar comigo mesmo para me acalmar.	①	②	③	④

2. Você concorda com as seguintes afirmações?	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a. Tenho dificuldade em encontrar tempo para as refeições.	①	②	③	④
b. Minha moradia não é satisfatória (por exemplo, muito barulho, problemas com a estrutura, mal conservada, problemas com os vizinhos)	①	②	③	④
c. Meus amigos me pressionam para fazer coisas que não quero.	①	②	③	④
d. As pessoas no trabalho ou escola não se dão bem comigo	①	②	③	④
e. Meu parceiro(a) muitas vezes me incomoda	①	②	③	④
f. As pessoas muitas vezes me interrompem quando estou tentando fazer as coisas	①	②	③	④
g. Eu não tenho dinheiro suficiente para minhas necessidades diárias	①	②	③	④
h. Eu não gosto de meu trabalho ou aulas	①	②	③	④

3. Você concorda com as seguintes afirmações?	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a. Às vezes é necessário disciplinar uma criança com punição/castigo físico.	①	②	③	④

b.	Em certas situações eu aprovaria a esposa dar um tapa no rosto de seu marido.	①	②	③	④
c.	Em certas situações eu aprovaria o marido dar um tapa no rosto de sua mulher	①	②	③	④
d.	Às vezes é necessário que os pais batam em um adolescente que dá uma resposta malcriada ou se mete em confusões.	①	②	③	④
e.	Quando um menino está crescendo, é importante que ele tenha algumas brigasfisicas.	①	②	③	④
f.	Um garoto que agredido for por outro deve revidar	①	②	③	④
g.	Uma mulher que tenha sido estuprada provavelmente é parcialmente responsável	①	②	③	④
h.	Uma esposa não deve se recusar a ter relações sexuais com seu marido.	①	②	③	④

b.2 Em algumas situações eu penso que aprovaria a esposa dar um tapa no rosto de seu marido.

c.2 Em algumas situações eu penso que aprovaria o marido dar um tapa no rosto de sua mulher.

d.2 As vezes é necessário que os pais deem um tapa em um adolescente que retruca ou está se metendo em problemas

4(a) No último ano, você foi emocionalmente agredido (a) por seu (sua) parceiro (a)? Sim① Não ⓪

Exemplos de agressões emocionais:

- Insultou ou xingou você
- Gritou com você
- Foi empurrada para fora da sala, casa ou quintal durante um desentendimento.
- Disse algo para te ofender
- Chamou você de gordo(a) ou feio(a)
- Destruiu algo que pertence a você
- Acusou você de ser um (a) parceiro (a) sexual ruim
- Ameaçou agredi-lo (a) ou jogar algo em você

4(b) No último ano, você foi fisicamente agredido (a) por seu (sua) parceiro (a)? Sim① Não ⓪

Exemplos de agressões físicas:

- Jogou algo em você
- Torceu seu braço ou puxou seu cabelo
- Empurrou você
- Agarrou você
- Deu-lhe um tapa
- Usou uma faca ou arma contra você
- Bateu em você com algo que poderia machucar
- Tentou sufocá-lo(a)
- Jogou você contra a parede

- Agrediu você fisicamente
- Queimou você de propósito
- Chutou você
- Você teve uma entorse, contusão, pequeno corte ou dor física por causa de uma briga
- Você desmaiou por ser atingido (a) por golpe na cabeça em uma briga
- Você foi ao médico devido a uma briga
- Você precisava ser atendido(a)por um médico devido a uma briga, mas não foi
- Você teve um osso quebrado devido á uma briga.

4(c) No último ano, seu parceiro (a) o (a) forçou a ter atividades sexuais? Sim (1) Não (0)

Exemplos de atividades sexuais forçadas:

- insistência em fazer sexo com você contra o seu desejo (usando ou não a força)
- ignora seu pedido para usar preservativo ao fazer sexo
- insistência em fazer sexo oral ou anal (usando ou não a força)

5. Nos últimos 12 meses, qual foi seu comportamento quando seus filhos fizeram algo errado ou te irritaram?

		Não	Sim
a.	Deu-lhe uma palmada na nádega	(0)	b
b.	Deu-lhe uma palmada na nádega utilizando algo como um cinto, escova de cabelo, uma vara ou algum outro objeto duro	(0)	(1)
c.	Deu-lhe um tapa na mão, braço ou perna	(0)	(1)
d.	Beliscou-o(a)	(0)	(1)
e.	Sacudiu ele/ela	(0)	(1)